

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	4
AMBIENTE REGULATÓRIO	5
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES	8
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	11
INVESTIMENTOS	21
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO	22
GOVERNANÇA CORPORATIVA	22
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	23
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS	23
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	24
RESPONSABILIDADE SOCIAL	25
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO	31
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS	32
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA	33
BALANÇOS PATRIMONIAIS	34
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	36
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	37
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	39
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	40
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
1. CONTEXTO OPERACIONAL	41
2. BASE DE PREPARAÇÃO	42
3. DAS CONCESSÕES	55
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	57
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	57
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	58
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	59
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	60
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	60
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	63
11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	63
12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	63
13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	64
14. INTANGÍVEL	67
15. FORNECEDORES	68
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	69
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	70
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	73
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	74
20. PROVISÕES	78
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	84
22. RECEITA	87
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	89
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	91
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	92
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	94
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	102
28. SEGUROS	103
29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	104
30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E EXTRAORDINÁRIO	104
31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	105
32. EVENTOS SUBSEQUENTES	105
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	107
PARECER DO CONSELHO FISCAL	109
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES	110
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	111

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 foi de grandes desafios para a Companhia.

Apesar de todas as dificuldades no ambiente macroeconômico, que também se refletiram no setor de energia, tivemos conquistas em 2015 que nos permitem um olhar otimista em relação ao futuro da Companhia.

Como principal destaque, tivemos a renovação da nossa concessão por mais 30 anos, contados a partir de 2016, o que nos dá a segurança para o planejamento de longo prazo de nossas operações, visando o atendimento aos requisitos regulatórios, estabelecidos no contrato de concessão, e também garantir a rentabilidade e retorno adequado aos nossos acionistas.

Nosso lucro líquido foi de R\$370 milhões, uma redução de 14% em relação ao ano anterior. Estamos empenhados na melhoria da nossa eficiência operacional, principalmente no atual cenário econômico, e temos a meta desafiadora e prioritária de ajustar os nossos custos aos limites estabelecidos na regulação do setor de distribuição de energia, mas sem prejudicar a qualidade na prestação dos nossos serviços aos clientes da Cemig.

No que se refere ao nosso endividamento, temos um montante de dívida relevante com vencimento para 2016, mas que já está sendo objeto de negociação com as instituições financeiras e com perspectivas muito positivas de rolagem, com novos prazos de vencimento no longo prazo, criando mais liquidez para a Companhia e menor pressão no seu caixa.

Adicionalmente, apesar de todos os desafios enfrentados no ano, investimos em 2015 quase R\$1 bilhão, o que demonstra o compromisso com a qualidade dos nossos serviços e com a comunidade onde atuamos.

Esses investimentos relevantes feitos pela Cemig D se refletem nos indicadores de qualidade e satisfação dos nossos clientes. Em 2015 atendemos aos indicadores regulatórios que medem a frequência e duração das interrupções de energia e também conquistamos o 1º lugar no Prêmio IASC 2015 (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) na categoria Região Sudeste – acima de 400 mil consumidores, o que é motivo de orgulho para nós.

Em momentos de incerteza, a questão da sustentabilidade ganha ainda mais destaque. Reafirmamos o nosso compromisso com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, o que se manifesta na presença da Cemig, controladora da Cemig D, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, em que está presente desde 1999, e também participação constante em vários indicadores de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento externo de nosso compromisso e das nossas ações de sustentabilidade.

No próximo ano, sabemos que os desafios continuarão presentes. Apesar de podermos prever um cenário de baixa demanda de energia elétrica e com maior exigência de controle da inadimplência e do caixa, estamos preparados para lidar com esse momento de incerteza e instabilidade, com a convicção de que nossas ações garantirão a sustentabilidade das nossas operações e o retorno adequado do investimento e confiança depositado pelos acionistas da Companhia.

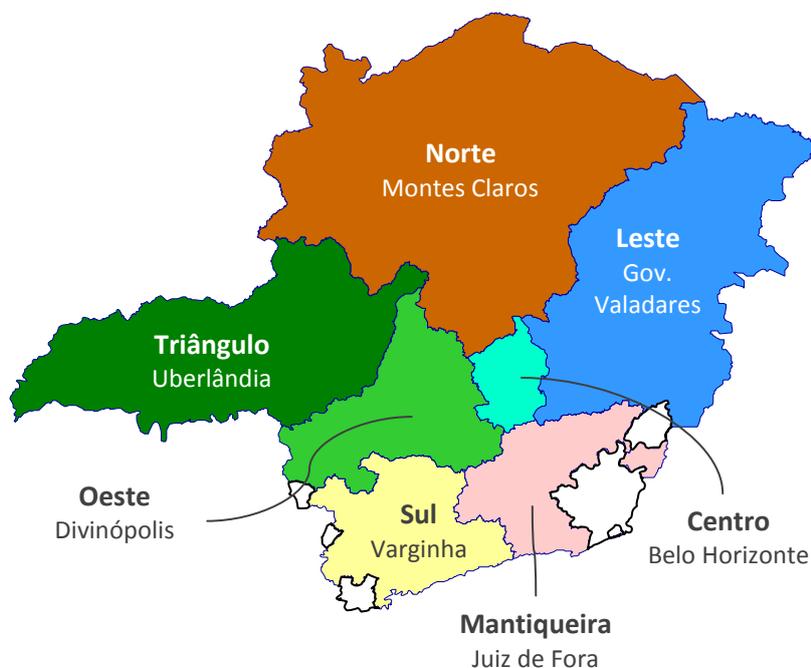
Temos confiança no futuro, e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e demais partes interessadas para que a Cemig continue a ser reconhecida como a melhor energia do Brasil.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 494.550 km de redes de distribuição (101.454 km em área urbana e 393.096 km de redes rurais) e 16.160 km de linhas de distribuição, com 8.078 milhões de consumidores faturados em 2015.

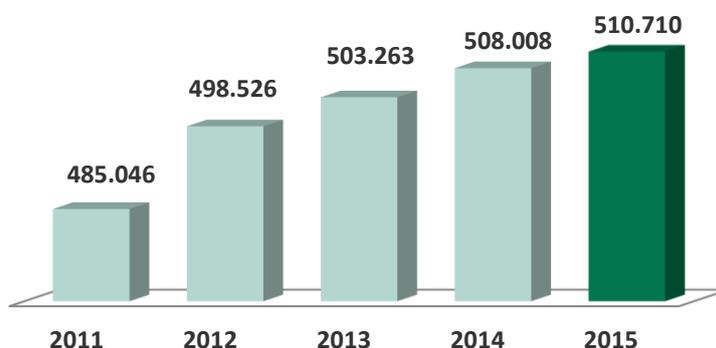
A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores faturados na classe residencial em 2015 (6.532.169 consumidores) 11,2% são consumidores de baixa renda (733.017 consumidores).

Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das redes e linhas de distribuição da companhia nos últimos 5 anos.

Redes de Subtransmissão e Distribuição (Km)



Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão do Grupo Cemig

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Renovação de concessões

A Cemig Distribuição tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis as concessões para exploração nas áreas de distribuição de energia elétrica.

Os contratos de concessão de distribuição da Cemig D foram prorrogados por mais 30 anos, agora consolidados em apenas um, conforme termos da Lei nº 12.783/13. A prorrogação, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, trouxe alterações em relação ao contrato atual, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

O reajuste tarifário anual da Cemig D foi transferido, a partir de 2016, de 8 de abril para 28 de maio, e no quinto ano, conforme estabelecido em contrato, ocorrerá a revisão tarifária, neste mesmo mês. Esse processo tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na Revisão Tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IGP-M, mas sobre esse é deduzido o Fator X para captura da produtividade, seguindo a metodologia do modelo regulatório de price-cap.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel definiu o índice médio de 7,07% para o reajuste das tarifas de energia elétrica da Companhia, que passou a vigorar a partir de 8 de abril de 2015.

O aumento para o consumidor residencial foi de 5,93%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio a ser percebido foi de 8,12%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o aumento médio foi de 6,56%.

Do valor cobrado na fatura, 20,6% ficam na Cemig Distribuição e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, essa parcela é chamada de Parcela B. Os demais 79,4% são repassados para cobrir a compra da energia (31,1%), tributos (24,8%) e demais encargos setoriais (23,5%).

As condições hidrológicas dos últimos dois anos, repercutindo em plena utilização das usinas termoelétricas, bem mais caras que a geração tradicional hidroelétrica, oneraram as tarifas para os consumidores, pois concomitantemente trouxeram a necessidade de cobertura adicional da CDE para energia em função de empréstimos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Conta ACR), aportes do Tesouro Nacional e Conta de Variação dos Itens da Parcela A – CVA energia. Ademais a CDE da TUSD teve um acréscimo de 10 vezes em relação ao valor estabelecido em 2014.

Conforme determina a Constituição Federal, a Cemig é obrigada a realizar a cobrança de tributos diretamente na conta do consumidor e repassá-los às autoridades competentes.

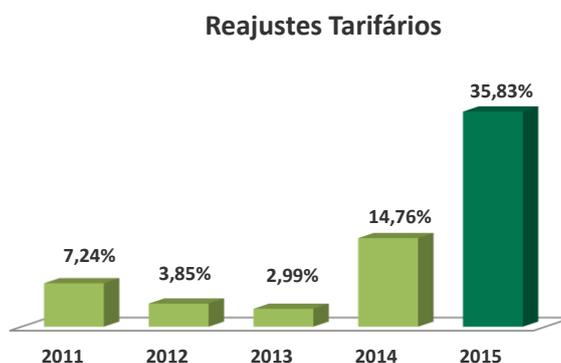
Os tributos PIS/PASEP e COFINS são exemplos de contribuições cobradas diretamente na fatura, destinadas a manter programas sociais do governo federal. O ICMS, um tributo estadual, é cobrado diretamente na fatura do consumidor e repassado integralmente ao governo estadual.

Também é cobrada a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), cujos valores são definidos pelas prefeituras. A Cemig apenas arrecada a taxa de iluminação pública e a repassa para o município, que é o responsável pelos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública.

Nos 774 municípios de Minas Gerais onde a Cemig distribui energia, mais de 660 mil consumidores são rurais e cerca de um milhão são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio, pagando valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta num desconto aproximado de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

Reajuste Tarifário extraordinário

No início de janeiro de 2015 ocorreu um aumento expressivo da despesa com o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que associado aos altos custos com compra de energia, levou as distribuidoras a solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária, homologada pela Aneel. Para a Cemig D, o reajuste autorizado foi de 28,76%.



Obs.: O reajuste tarifário de 2015 está composto de 7,07%, em vigor a partir de 08 de abril de 2015 e 28,76% de reajuste extraordinário em vigor a partir de 02 de março de 2015.

Bandeiras tarifárias

As Bandeiras Tarifárias, implementadas em 2015, tem como conceito o gerenciamento do balanço do setor pelo lado da demanda, sinalizando aos consumidores quando há escassez na oferta de energia e melhorar a sincronização entre o balanço de pagamentos das distribuidoras com aquisição de energia e as tarifas cobradas dos consumidores, evitando que as empresas sofram impactos financeiros e tenham sua capacidade de investimento afetada em função de custos com compra de energia que não foram considerados nas tarifas.

Ao longo de 2015, sempre vigorou a Bandeira Vermelha, sendo que a mesma sofreu três variações de preços. De janeiro a março a Bandeira Vermelha foi de R\$0,30/MWh. A partir de março, ficou em R\$0,55/MWh até final de agosto, quando passou a custar R\$0,45/MWh.

Gestão das Perdas

O Índice de perdas totais da Distribuição em 2015 foi de 11,69%, sendo 8,90% referentes às perdas técnicas e 2,79% relativos às perdas não técnicas. Esse resultado está acima da meta regulatória estabelecida para o final de 2015, que é de 10,76%.

Em 2015, a Aneel alterou significativamente a metodologia de cálculo de perdas técnicas para o próximo ciclo de revisão tarifária, com estabelecimento de limites desafiadores para os próximos anos. A Cemig, já vem conduzindo trabalhos para a implementação da nova metodologia, na expectativa de no próximo ciclo, ter a totalidade de suas perdas técnicas reconhecidas na tarifa.

Nesse ano, foram adotadas ações específicas para a mitigação das Perdas Técnicas através de investimentos na sua rede, o que inclui a instalação de novos conjuntos de medição.

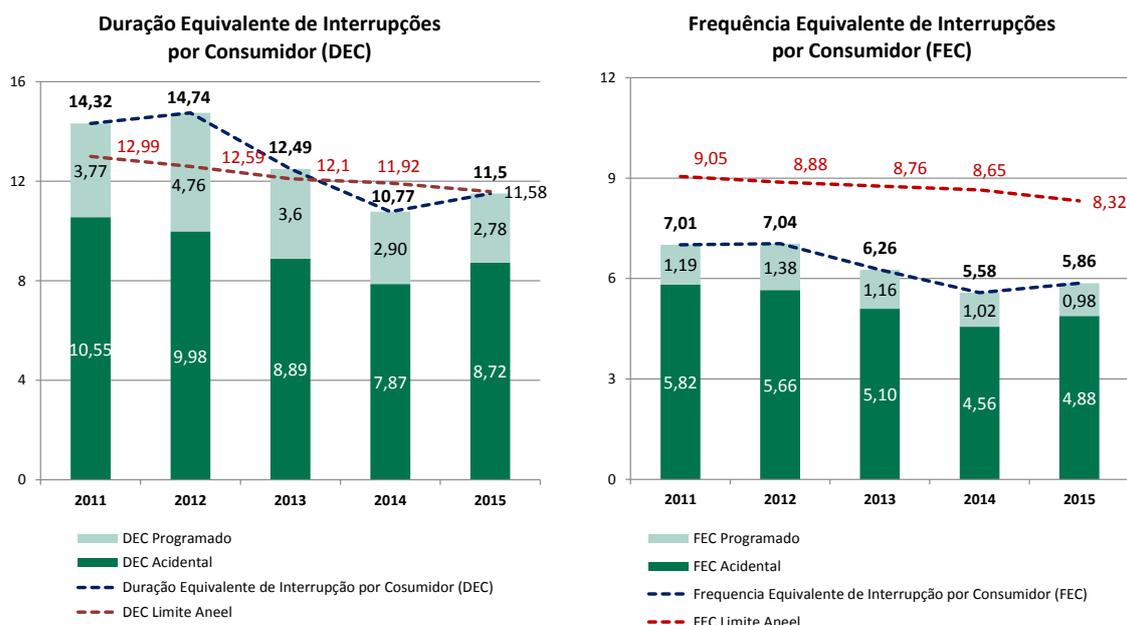
Com relação à gestão das Perdas Não Técnicas, em 2015 foram realizadas 56 mil inspeções em unidades consumidoras, agregando receitas adicionais de R\$78 milhões.

Adicionalmente, foram implementadas melhorias nos softwares de seleção de alvos de inspeção, aperfeiçoamentos na qualidade e na produtividade do processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte bem como a modernização do parque de medição através da substituição de aproximadamente 72 mil medidores obsoletos.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no Fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente Interrupções por Consumidor). Observa-se uma melhoria contínua e destacada dos valores destes indicadores, atendendo aos padrões estabelecidos pela Aneel, demonstrando que os investimentos efetuados nas ações e iniciativas citadas para melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica estão no caminho certo.



Política de Atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 156 Agências e 622 Postos de Atendimento. Em 2015 foram registrados 10,4 milhões de contatos através deste canal.

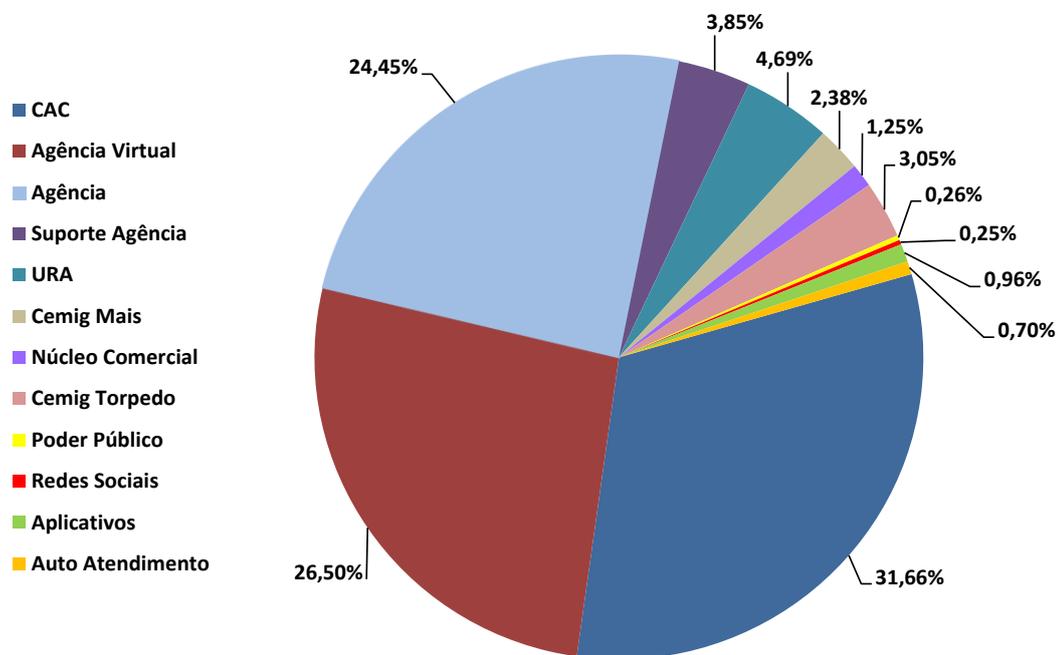
O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter) chat e e-mail. O número de contatos registrados em 2015 foi de 11,5 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2015 foram recebidas 1,21 milhões de mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e IOS.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros. A Agência Virtual da Cemig registrou em 2015 mais de 9,7 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig teve mais de 38 milhões de atendimentos em 2015, através dos seus diversos canais, conforme demonstrado abaixo:



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

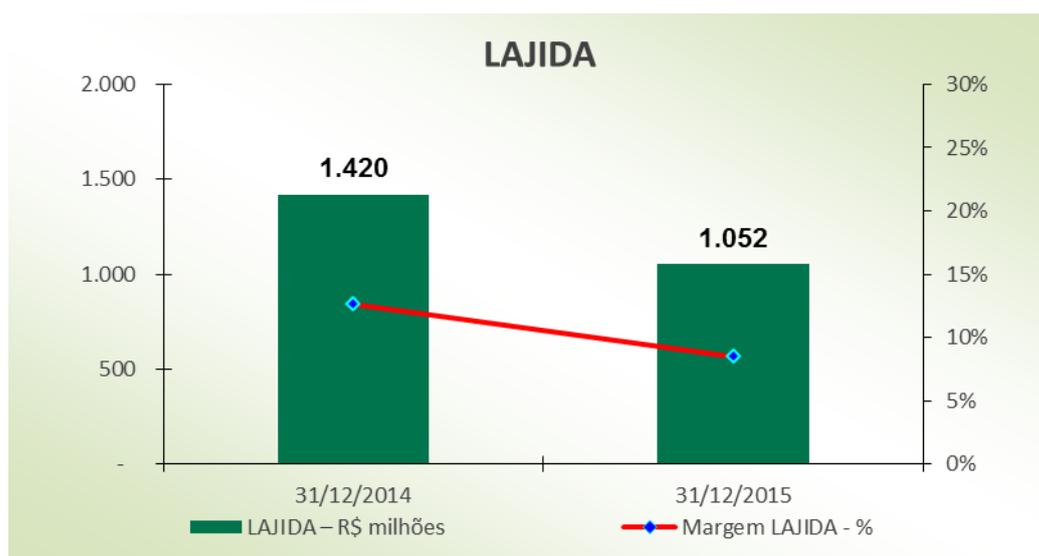
Resultado do Exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2015, lucro líquido de R\$370 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$430 milhões no exercício de 2014, representando uma redução de 13,95%. As principais variações na comparação dos resultados de 2015 e 2014 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição em 2015 apresentou uma redução de 25,92% em comparação com 2014.

LAJIDA - milhões	2015	2014	Var %
Resultado do Exercício	370	430	(13,95)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	256	169	51,48
+ Resultado Financeiro Líquido	(18)	393	-
+ Amortização	444	428	3,74
= LAJIDA	1.052	1.420	(25,92)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2015 em comparação a 2014 deve-se, principalmente, ao aumento de 15,42% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação a um aumento na receita de 10,19%. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 12,63% em 2014 para 8,49% em 2015.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2015	2014
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	16.515	11.443
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.500	894
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.704	1.107
Transações com Energia na CCEE	50	-
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.044	861
Outras Receitas Operacionais	1.194	1.039
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(9.620)	(4.103)
	12.387	11.241

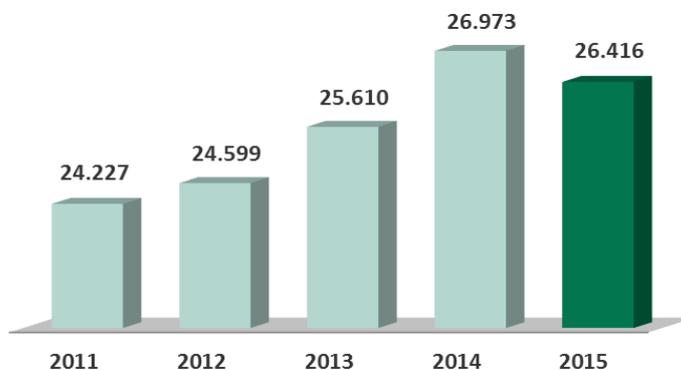
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$16.515 milhões em 2015, em comparação a R\$11.443 milhões, no mesmo período de 2014, representando um aumento de 44,32%. Os principais impactos na Receita em 2015 decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (feito integral em 2015);
- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- instituição em 2015 do mecanismo de bandeiras tarifárias com os seguintes valores para cada 100 kWh consumidos: (i) a partir de janeiro de 2015, R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha; (ii) a partir de março de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha; e (iii) a partir de setembro de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$4,50 para a Bandeira Vermelha. A bandeira vermelha vigorou de janeiro a dezembro de 2015.
- Redução de 2,07% no volume de energia vendida.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	2015	2014	Var %
Residencial	9.829.992	10.013.757	(1,84)
Industrial	3.757.203	4.076.645	(7,84)
Comércio, Serviços e Outros	6.026.533	6.030.715	(0,07)
Rural	3.379.734	3.390.096	(0,31)
Poder Público	892.368	891.454	0,10
Iluminação Pública	1.325.525	1.298.047	2,12
Serviço Público	1.204.461	1.272.365	(5,34)
Total	26.415.816	26.973.079	(2,07)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 7,84% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2015, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2015, a receita correspondeu a um total de R\$1.500 milhões, comparada a R\$894 milhões em 2014, o que representa um aumento de 67,79%.

Esta variação decorre, principalmente, do impacto tarifário de 8,79% para os consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014 e novo aumento de 96,21% ocorrido em 2015 (Reajuste Tarifário Extraordinário ocorrido em março somado ao Reajuste Tarifário Anual ocorrido em abril). Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 22). O reajuste na tarifa foi parcialmente compensado pelo desaquecimento das atividades do setor industrial no período, que apresentou uma redução de 10,59% na quantidade de energia distribuída.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma receita operacional de R\$1.704 milhões em 2015 (R\$1.107 milhões em 2014).

Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$1.044 milhões em 2015, comparados a R\$861 milhões em 2014, um aumento de 21,25%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 14,92% nos períodos comparados (R\$1.194 milhões em 2015, em comparação a R\$1.039 milhões em 2014) decorrente, principalmente, do aumento de R\$206 milhões na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.620 milhões em 2015 comparados a R\$4.103 milhões em 2014, representando um aumento de 134,46%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.845 milhões em 2015 comparados a R\$194 milhões em 2014. Essa variação decorre do novo orçamento para a CDE em 2015, em que a ANEEL elevou o montante anual a ser pago pela Cemig D, sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Em 2015, com a instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a Companhia apresentou Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias incidentes sobre a receita no montante de R\$1.067 milhões.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$11.779 milhões em 2015 comparados a R\$10.249 milhões em 2014, representando um aumento de 14,93%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$6.993 milhões em 2015 comparados a R\$5.748 milhões em 2014, um aumento de 21,66%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Aumento de 20,74% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$4.098 milhões no exercício de 2015, comparados a R\$3.394 milhões no exercício de 2014, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- Aumento de 108,92% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.734 milhões no exercício de 2015, comparados a R\$830 milhões no exercício de 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar norte-americano frente ao Real no exercício de 2015, comparado ao exercício anterior. O Dólar médio relativo às faturas em 2015 foi de R\$3,38, em comparação a R\$2,35 em 2014, o que representou uma variação de 43,83%;
- redução de 24,67% da compra de energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2015 (R\$849 milhões em 2015 e R\$1.127 milhões em 2014).

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$813 milhões em 2015 comparados a R\$573 milhões em 2014, representando um aumento de 41,88%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 destas Demonstrações Financeiras.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.000 milhões em 2015 comparados a R\$886 milhões em 2014, representando um aumento de 12,87%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 6,34% a partir de novembro de 2014 (efeito integral em 2015), em função de Acordo Coletivo;
- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia;
- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$209 milhões em 2015 comparados a R\$300 milhões em 2014, uma redução de 30,33%. Destaca-se a redução das provisões trabalhistas, R\$7 milhões em 2015 em comparação a R\$179 milhões em 2014 em função, principalmente, da provisão de R\$90 milhões feita em 2014 referente ao questionamento judicial pelas entidades sindicais do acordo coletivo de novembro de 2012, com decisão desfavorável à Companhia no TST. Maiores informações na nota explicativa nº 20.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2015 foi uma Receita Financeira Líquida de R\$18 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$393 milhões em 2014. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento da receita com Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos, sendo R\$606 milhões em 2015, em comparação a R\$58 milhões em 2014 em função dos seguintes fatores:
 - alteração do indexador de atualização. Em novembro de 2015, a ANEEL determinou a alteração do indexador da BRR que passou de IGP-M para IPCA. Essa alteração gerou uma atualização retroativa a janeiro de 2013. O impacto dessa alteração na receita financeira registrada em dezembro de 2015 foi de R\$143 milhões;
 - maior variação do atual indexador da BRR, o IPCA, que variou 10,67% em 2015, em comparação a uma variação do IGP-M de 3,69% em 2014;
 - em junho de 2014, foi registrada uma reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110 milhões em função da homologação definitiva da BRR da Cemig Distribuição;
- reconhecimento, a partir de 2015, da variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$68 milhões em 2015;
- R\$120 milhões decorrentes da atualização monetária de depósitos vinculados a litígios;
- aumento de 30,33% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, R\$550 milhões em 2015 comparados a R\$422 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação deste indexador, que foi de 13,23% em 2015 em comparação a 10,81% em 2014;
- aumento de 61,54% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, R\$273 milhões em 2015 comparados a R\$169 milhões em 2014. Este resultado decorre da maior variação do IPCA no período (10,67% em 2015 em comparação a 6,41% em 2014);

- aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, sendo o montante em 2015 de R\$168 milhões comparados a R\$26 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do Dólar em 2015 (47,01% em 2015 em comparação a 13,39% em 2014).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 destas Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, em 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$256 milhões em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$626 milhões, representando um percentual de 40,89%. Em 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$169 milhões em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$599 milhões, representando um percentual de 28,21%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Em 31 de dezembro de 2015, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$1.597 milhões. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos empréstimos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. No caso específico, já estão sendo feitas negociações com instituições financeiras para a rolagem da dívida com vencimento em 2016 para o longo prazo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R\$319 milhões, em comparação com R\$314 milhões em 31 de dezembro de 2014. As razões para esta variação estão apresentadas abaixo. Em 31 de dezembro de 2015, nem o caixa, nem os equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2015 e 2014 totalizou R\$600 milhões e R\$358 milhões, respectivamente. O aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2015, em comparação a 2014, deve-se principalmente ao repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT no montante de R\$1.529 milhões, parcialmente compensado pela redução do lucro líquido ajustado pelas operações que não afetam o caixa que foi de R\$1.022 milhões em 2014, em comparação a um prejuízo de R\$89 milhões em 2015.

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimento

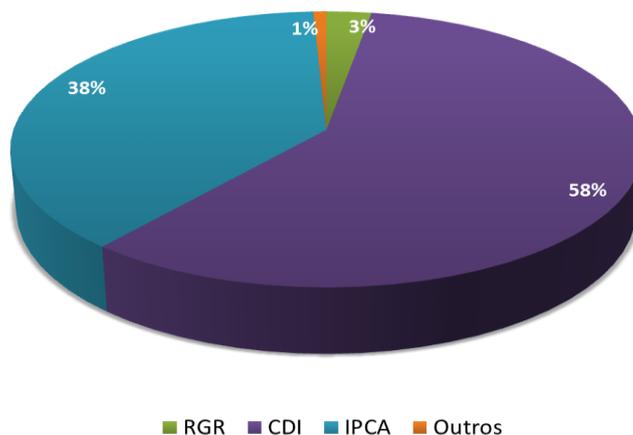
O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2015 e 2014 totalizou, respectivamente, R\$1.079 milhões e R\$806 milhões. O aumento nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2015, em comparação ao exercício anterior, decorre do maior volume de recursos aplicados em Títulos e Valores mobiliários em 2015 e maior volume de investimentos em ativos da concessão em 2015, R\$894 milhões na comparação com R\$792 milhões em 2014.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2015 totalizou R\$484 milhões, decorrente da captação de R\$2.469 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$1.968 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$117 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2014 totalizou R\$75 milhões, decorrente da captação de R\$1.223 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$713 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$435 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2015

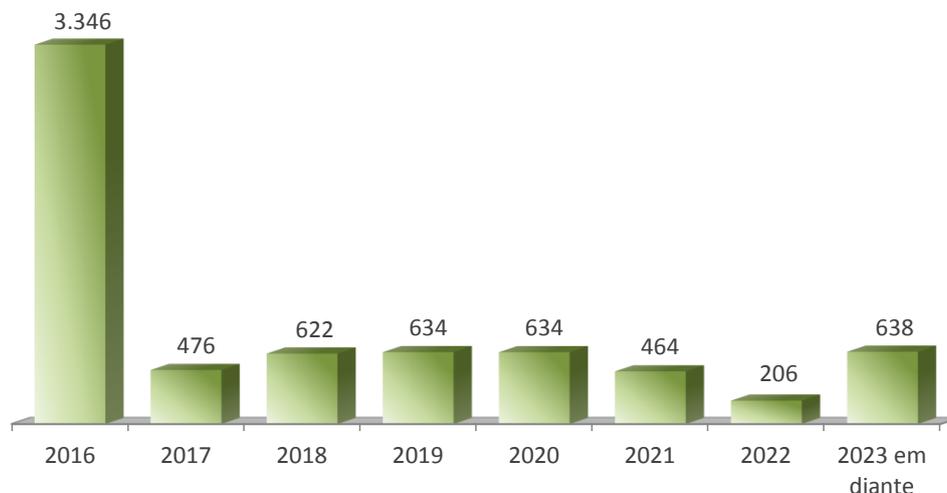


A composição da dívida da Cemig Distribuição é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente em 0,50%). O custo médio da dívida da Cemig D é de 4,01% a.a. (Custo Real) e de 14,31% a.a. (Custo Nominal), a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo seu Estatuto Social, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$7.020 milhões, tem um prazo médio de 3,2 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras.

Cronograma de Amortizações da Dívida Posicionamento em Dezembro/2015 (R\$ milhões)



A grande concentração de dívida vencendo no curto prazo resulta, em grande parte, da oitava emissão de notas promissórias comerciais, de R\$1.700 milhões, ocorrida em abril de 2015. Vale ressaltar, entretanto, que parte significativa desse compromisso, no valor de R\$1.615 milhões, já foi refinanciada em 2016 por meio da quarta emissão de debêntures, com prazo de 3 anos.

No ano de 2015, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de rating da Cemig D seguindo a deterioração do quadro econômico no país. Em dezembro, a Standard & Poor's rebaixou o rating da Cemig D de brAA+ para brAA- na classificação nacional e de BB+ para BB na classificação global. A Fitch, em julho, também rebaixou o rating da empresa de AA(bra) para AA-(bra) na classificação nacional. Já a Moody's manteve o rating da empresa em Aa2.br na escala nacional e em Ba1 na escala global, sendo que, em dezembro, colocou-os em revisão para um possível rebaixamento.

Em fevereiro de 2016, a Standard & Poor's rebaixou o rating da Cemig D de brAA- para brA na classificação nacional e de BB para BB- na classificação global, em função do rebaixamento do risco soberano, e a Moody's rebaixou o rating da empresa de Aa2.br para A2.br na classificação nacional e de Ba1 para Ba3 na classificação global.

INVESTIMENTOS

Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Os investimentos no sistema elétrico da Cemig D para este novo ciclo tarifário (2013/2017) representarão investimentos na ordem de R\$4,7 bilhões.

Em 2015, os investimentos foram de R\$817 milhões, sendo R\$234 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão, R\$562 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão e R\$ 21 milhões em outros projetos.

Além desses expressivos valores referentes aos investimentos, outro destaque é para o número de novos clientes que atingirá a marca de 1,2 milhão de novas ligações no período de 2013 a 2017.

Expansões do Sistema Elétrico – Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e em quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, de janeiro a dezembro de 2015.

Dos investimentos em alta tensão, foram construídas e/ou ampliadas 15 subestações e construídos, 3.728 km e 241 km de Linhas de Distribuição de Média e Alta Tensão, respectivamente.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se até 30 de abril de 2016 que, ao resultado do exercício, no montante de R\$370 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$19 milhões para a constituição de Reserva Legal;
- R\$35 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R\$57 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$259 milhões serão retidos no Patrimônio Líquido para utilização basicamente no Programa de Investimentos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2015, foram realizadas 29 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2015 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Financeiras são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2015	% em relação à auditoria	2014	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	299	74,38	290	74,55
Auditoria de controles internos - SOX	88	21,89	85	21,85
Auditoria de ativos e passivos regulatórios	15	3,73	14	3,60
	<u>402</u>	<u>100</u>	<u>389</u>	<u>100,00</u>
Serviços Adicionais:				
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSSL	22	5,47	21	5,40
Total Geral	<u>424</u>	<u>105,47</u>	<u>410</u>	<u>105,40</u>

Os serviços adicionais foram contratados para o período de abril de 2015 a março de 2017, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os eventos que podem afetar os objetivos estratégicos. A intenção é fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa.

O processo é supervisionado pelo Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC da Companhia, que tem, ainda, como atribuições: suportar a Administração na definição das diretrizes, políticas e procedimentos e mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa.

Em 2015 novas iniciativas foram implementadas, com destaques para a revisão e atualização da Política de Gerenciamento de Riscos e o mapeamento dos principais riscos corporativos.

Política Antifraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou corrupção, em todas as suas formas, incluindo os atos contra a administração pública definidos pela Lei 12.846/13, sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig D um determinante para seu posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig D utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

O Grupo CEMIG investe anualmente um montante expressivo em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento P&D. Deseja-se promover e viabilizar o ciclo completo da cadeia da inovação, desenvolver conhecimento e transformar boas ideias, experimentos laboratoriais bem sucedidos e qualidade de modelos matemáticos em resultados práticos que melhorem o desempenho das organizações e a vida das pessoas.

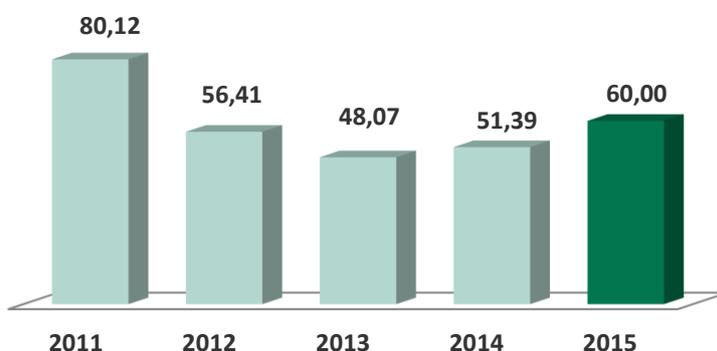
Em 2015, a Cemig D investiu R\$11,86 milhões em projetos de P&D.

Programa de Eficiência Energética

A Cemig, por meio do Programa de Eficiência Energética vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar corretamente a população sobre o correto uso da energia elétrica desde a década de 80. A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual de 0,5% da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética.

A Cemig Distribuição possui 16 projetos em andamento no valor de R\$60 milhões.

Realização do PEE



RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local. Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2015 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: Por meio do Programa de Subvenção, a Cemig concede 25% de desconto nas faturas de energia elétrica a instituições que prestam serviços de filantropia. Em 2015, 1.050 entidades foram beneficiadas com o Programa, totalizando R\$7,8 milhões em desconto em contas de energia.

O Programa de Apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente para as instituições, via depósito bancário. Em 2015, aproximadamente 195 instituições receberam R\$48 milhões em doações.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

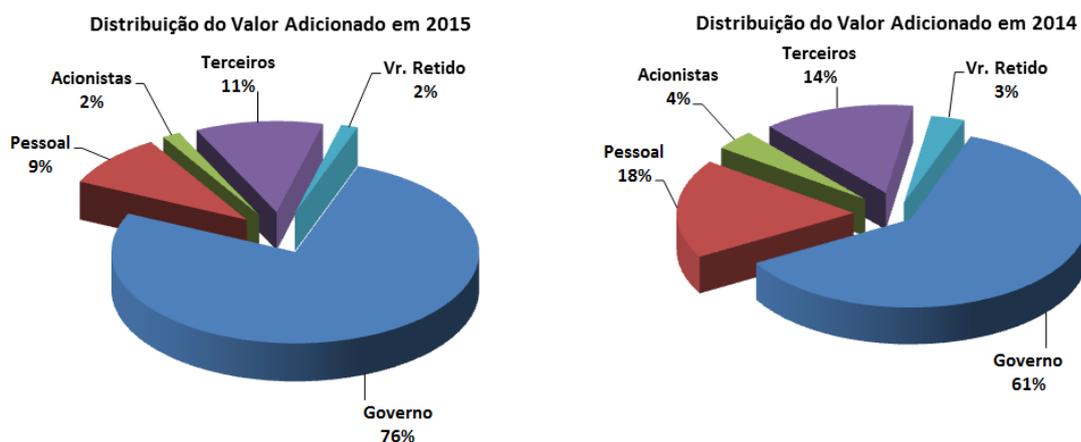
A Campanha de 2015/2016 envolveu a participação de 1.782 empregados voluntários da Cemig, destinando recursos para 101 municípios com o intuito de beneficiar 196 instituições. O montante destinado foi de R\$2,5 milhões sendo R\$1,2 milhões pelos empregados e R\$1,3 milhões pela Companhia com atendimento de aproximadamente 25.000 crianças e adolescentes.

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2015 foi superior a R\$58 milhões, com uma economia de energia de 5.868 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 5.046 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

Este programa possui alguns subprogramas dos quais destacamos o Projeto Conviver, iniciado em 2006, o Projeto Conviver orienta clientes de baixa renda sobre ações e medidas de eficiência energética. Em 2015 foram investidos R\$5,2 milhões com atendimento a mais de 5.323 famílias. Em 2015, foram substituídas 2.711 geladeiras antigas por geladeiras novas com selo Procel e 26.160 lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas. As geladeiras antigas e as lâmpadas, recolhidas pela Cemig, passam por um processo de reciclagem.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$12.100 milhões de valor adicionado em 2015 em comparação a R\$6.344 milhões em 2014.

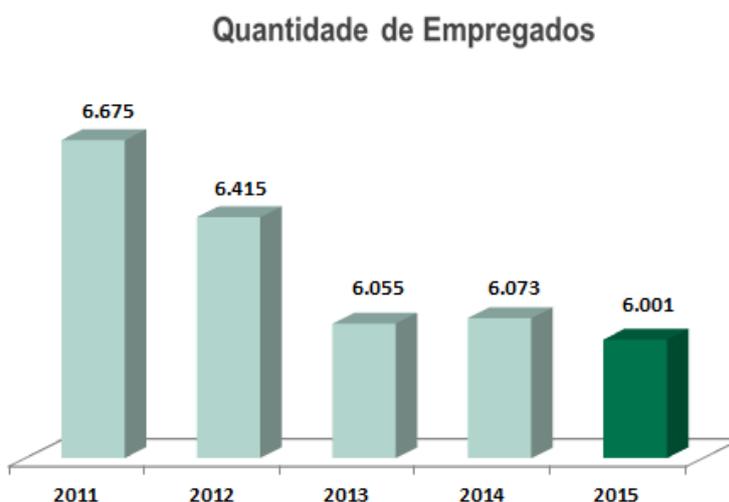


Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

A Companhia apresenta uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 6.675 empregados em 2011 para 6.001 em 2015, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Provimento

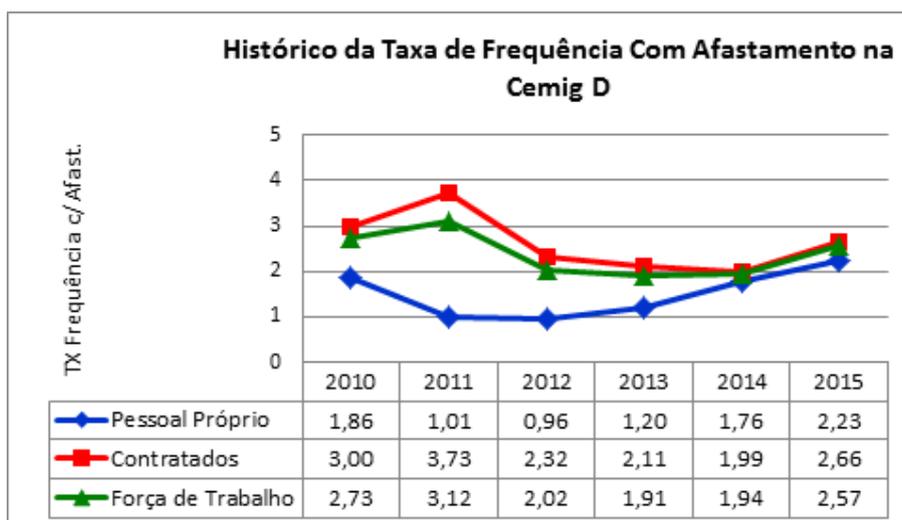
Com o objetivo de manter um quadro de pessoal equilibrado e eficiente, consolidando a atratividade da Empresa no mercado, a estratégia de remuneração da Cemig reflete um posicionamento compatível com o mercado, com benefícios competitivos e programas voltados para o bem-estar dos empregados.

Por meio do Programa Anual de Estágios curriculares, a Companhia proporcionou a 196 estagiários a oportunidade de desenvolvimento em sua área de formação, associando teoria e prática.

Com o Programa de Aprendizagem Cemig-Cesam, 212 adolescentes carentes desenvolveram novas competências, em função do aprendizado profissional, sob a supervisão de tutores empregados da Companhia.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Em 2015, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA relativa à força de trabalho fechou no valor de 2,57, cerca de 32% a mais que em 2014, cuja taxa foi de 1,94.



A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a reduzir o TFA nos próximos anos.

UniverCemig

Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

Em relação aos resultados quantitativos, foram oferecidas pela UniverCemig, em 2015, 12.140 participações e 297.747 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig e também para treinamento de empregados de outras empresas. O valor investido total em ações de treinamento e desenvolvimento foi de R\$22,3 milhões.

Meio Ambiente

Em 2015, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$17,9 milhões. Destes, R\$836,4 mil foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.

Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Para os empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental formal são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos avaliados. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 tiveram que passar pelo processo de licenciamento corretivo. A Cemig D possui 78,6% de seus empreendimentos devidamente licenciados e 21,4% em processo de licenciamento.

Gestão de Resíduos

Em 2015 foram destinadas 47 mil toneladas de resíduos, sendo que 46,9 mil toneladas foram alienadas, recicladas ou regeneradas e 113,4 toneladas foram coprocessadas, incineradas ou dispostas em aterro industrial.

Foram encaminhadas para descontaminação e reciclagem 9,4 toneladas de lâmpadas fluorescentes queimadas e 1,1 toneladas de lâmpadas quebradas, provenientes de toda a área de concessão da Empresa. Além disso, foram coprocessadas 87,9 toneladas de resíduos impregnados com óleo.

Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado “10 iniciativas para o clima”, em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE. Os detalhes sobre as iniciativas da Cemig relativas a mudanças climáticas podem ser obtidos no site da Companhia.

Anualmente a Cemig publica Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por certificador independente. O documento completo pode ser acessado no site da Companhia.

RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig D em 2015, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio IASC (Índice Aneel de Sustentabilidade)

A Cemig D conquistou o 1º lugar no Prêmio IASC 2015 (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) na categoria Região Sudeste – acima de 400 mil consumidores, concorrendo com oito grandes concessionárias da região. Essa é a quarta vez que a empresa recebe o Prêmio IASC, sendo também premiada nos anos de 2002, 2004 e 2006. O resultado alcançado pela Cemig, este ano, foi de 66,71% de aprovação, superando mais uma vez a média do Brasil, que foi de 57,03%.

Divulgado anualmente desde 2000, o IASC avalia o desempenho prestado pelas distribuidoras de energia em suas áreas de atuação. O prêmio é concedido anualmente, desde 2002, para incentivar a melhoria do serviço de distribuição no País.

Prêmio Época/Reclame Aqui Qualidade no Atendimento

Realizado pela Revista Época e o site Reclame Aqui, os vencedores são escolhidos por meio de votação popular no site da Reclame Aqui. A Cemig D foi vencedora na Categoria Serviços Públicos - Energia Elétrica, pelo terceiro ano consecutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

1) Base de Cálculo	2015			2014		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	12.386.671			11.241.118		
Resultado Operacional (RO)	607.649			992.164		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	882.400			768.126		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	58.011	6,57	0,47	61.065	7,95	0,54
Encargos sociais compulsórios	228.290	25,87	1,84	204.251	26,59	1,82
Previdência privada	58.863	6,67	0,48	54.826	7,14	0,49
Saúde	35.913	4,07	0,29	34.483	4,49	0,31
Segurança e medicina no trabalho	18.251	2,07	0,15	15.829	2,06	0,14
Educação	318	0,04	-	323	0,04	-
Cultura CE	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	22.308	2,53	0,18	22.132	2,88	0,20
Creches ou auxílio-creche	1.883	0,21	0,02	1.612	0,21	0,01
Participação nos lucros ou resultados	94.815	10,75	0,77	183.803	23,93	1,64
Outros	12.508	1,42	0,10	12.083	1,57	0,11
Total - Indicadores Sociais Internos	531.160	60,20	4,30	590.407	76,86	5,26
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	455	0,07	-	287	0,03	-
Cultura	-	-	-	8.132	0,82	0,07
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	49.369	8,12	0,40	59.227	5,97	0,53
Total das Contribuições para a Sociedade	49.824	8,19	0,40	67.646	6,82	0,60
Tributos (excluídos encargos sociais)	9.235.358	1.519,85	74,56	3.882.486	391,31	34,54
Total - Indicadores Sociais Externos	9.285.182	1.528,04	74,96	3.950.132	398,13	35,14
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	17.940	2,95	0,14	15.296	1,54	0,14
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	17.940	2,95	0,14	15.296	1,54	0,14
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			6.001			6.073
Nº de admissões durante o período			1			135
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			196			162
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			2.134			2.116
- 2º Grau			3.566			3.649
- 1º Grau			267			274
- Até 1º Grau incompleto			34			34
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.720			2.756
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			798			816
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			1			8,57
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			1.979			1.999
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			0,7			16,19
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			69			195
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			Metas 2016		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	25,43			NÃO HÁ META		
Número total de acidentes de trabalho (empregados próprios)	69			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() direção	(X) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2015:			Em 2014:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	76,32% governo 1,57% acionistas	9,39% colaboradores (as) 11,23% terceiros 1,49% retido		61,20% governo 3,69% acionistas	18,14% colaboradores (as) 13,89% terceiros 3,08% retido	
7) Outras Informações						

I. Em 2015 foram destinadas 47 mil toneladas de resíduos, sendo que 46,9 mil toneladas foram alienadas, recicladas ou regeneradas e 113,4 toneladas foram coprocessadas, incineradas ou dispostas em aterro industrial. Ressalta-se que os resíduos destinados em 2015 não foram necessariamente gerados em 2015. Isto se deve ao armazenamento temporário onde os resíduos são caracterizados, segregados, acondicionados e identificados, e posteriormente recebem a destinação adequada.

II. Foram encaminhadas para descontaminação e reciclagem 9,4 toneladas de lâmpadas fluorescentes queimadas e 1,1 toneladas de lâmpadas quebradas, provenientes de toda a área de concessão da Empresa. Além disso, foram coprocessadas 87,9 toneladas de resíduos impregnados com óleo.

III. Em 2015, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$17,9 milhões. Destes, R\$836,4 mil foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados ao meio ambiente e R\$17,1 milhões em gestão ambiental.

IV. A Cemig D possui 78,6% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 21,4% em processo de obtenção das respectivas licenças ambientais, totalizando 100% de regularidade com os órgãos fiscalizadores.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2015	2014
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	8.078	8.007
Número de empregados	6.001	6.073
Número de consumidores por empregado	1.346	1.318
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.505	1.553
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	742,38	517,60
Comercial	640,49	448,33
Industrial	551,45	364,90
Rural	416,18	267,97
DEC (horas)	11,58	10,77
FEC (número de interrupções)	5,86	5,58
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	58	54
Operacionais		
Número de Subestações	388	389
Linhas de Distribuição (Km)	16.160	16.160
Redes de Distribuição (Km)		
Urbana	101.454	99.818
Rural	393.096	392.030
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$milhões	12.387	11.241
Margem operacional - %	4,91	8,83
LAJIDA ou EBITDA - R\$milhões	1.052	1.420
Resultado do Exercício - R\$milhões	370	430
Resultado do Exercício por lote de 1000 ações R\$	159	190
Patrimônio líquido - R\$milhões	2.696	2.482
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.159	1.097
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	14,91	17,24
Endividamento do patrimônio líquido - %	543,71	456,58
Liquidez Corrente	0,76	0,84
Liquidez Geral	0,58	1,09

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Bruno Westin Prado Soares Leal
Mauro Borges Lemos	Samy Kopit Moscovitch
Allan Kardec de Melo Ferreira	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães	Wieland Silberschneider
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Antônio Dirceu Araújo Xavier
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Carlos Fernando da Silveira Vianna
Guy Maria Villela Paschoal	Flávia Miarelli Piedade
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Ricardo Coutinho de Sena	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Marina Rosenthal Rocha
José Henrique Maia	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Charles Carvalho Guedes	Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Edson Moura Soares	Ari Barcelos da Silva
Márcio Almeida do Amaral	Aliomar Silva Lima
Ronaldo Dias	Alexandre Pedercini Issa
Bruno Gonçalves Siqueira	Rafael Pinto Queiroz Neto

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Mauro Borges Lemos	Diretor Presidente
Mateus de Moura Lima Gomes	Diretor Vice-Presidente
César Vaz de Melo Fernandes	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Márcio Lúcio Serrano	Diretor de Gestão Empresarial
Eduardo Lima Andrade Ferreira	Diretor de Gás
Ricardo José Charbel	Diretor de Distribuição e Comercialização
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor Comercial
Fabiano Maia Pereira	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor
Luís Fernando Paroli Santos	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	318.834	313.799
Títulos e Valores Mobiliários	6	253.191	100.819
Consumidores e Revendedores	7	2.496.149	1.371.126
Concessionários – Transporte de Energia	7	156.141	219.770
Tributos Compensáveis	8	103.034	120.843
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	227.445	185.159
Estoques		27.664	28.950
Contribuição de Iluminação Pública		144.128	88.065
Reembolso Subsídios Tarifários	11	71.695	344.896
Subvenção Baixa Renda		31.334	35.197
Ativos Financeiros da Concessão	13	860.466	843.793
Outros		352.386	235.247
TOTAL DO CIRCULANTE		5.042.467	3.887.664
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	6	35.568	1.726
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	708.642	860.964
Tributos Compensáveis	8	188.263	302.522
Depósitos Vinculados a Litígios	10	1.030.696	865.556
Consumidores e Revendedores	7	58.453	202.733
Concessionários - Transporte de Energia	7	75.237	6.172
Outros Créditos		13.567	46.708
Ativos Financeiros da Concessão	13	625.173	6.206.564
Intangíveis	14	8.413.168	1.484.231
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.148.767	9.977.176
ATIVO TOTAL		16.191.234	13.864.840

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DEZEMBRO DE 2014

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	17	2.984.287	1.912.693
Debêntures	17	362.188	324.124
Fornecedores	15	1.307.893	1.119.485
Impostos, Taxas e Contribuições	16	520.769	378.220
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		185.105	214.955
Salários e Encargos Sociais		147.453	132.827
Encargos Regulatórios	18	459.855	57.257
Participações nos Lucros		75.462	76.060
Obrigações Pós-Emprego	19	119.803	109.879
Contribuição de Iluminação Pública		257.883	168.191
Outras		219.261	152.688
TOTAL DO CIRCULANTE		6.639.959	4.646.379
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	17	891.216	1.061.702
Debêntures	17	2.782.351	2.749.731
Provisões	20	291.169	303.122
Obrigações Pós-Emprego	19	2.108.908	1.797.092
Impostos, Taxas e Contribuições	16	631.774	615.485
Encargos Regulatórios	18	129.952	190.668
Outras		20.057	18.434
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.855.427	6.736.234
TOTAL DO PASSIVO		13.495.386	11.382.613
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	21		
Capital Social		2.361.998	2.261.998
Reservas de Lucros		735.957	453.017
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(402.107)	(232.788)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.695.848	2.482.227
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.191.234	13.864.840

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2015	2014
RECEITA	22	12.386.671	11.241.118
CUSTOS OPERACIONAIS	23		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(6.992.822)	(5.747.681)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(813.313)	(573.270)
		<u>(7.806.135)</u>	<u>(6.320.951)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(799.898)	(715.512)
Materiais		(33.147)	(42.824)
Serviços de Terceiros		(595.278)	(577.688)
Amortização		(431.002)	(409.278)
Provisões (Reversões) Operacionais		(34.200)	(178.509)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(1.043.806)	(861.437)
Outros		(29.441)	(139.167)
		<u>(2.966.772)</u>	<u>(2.924.415)</u>
CUSTO TOTAL		(10.772.907)	(9.245.366)
LUCRO BRUTO		1.613.764	1.995.752
DESPESA OPERACIONAL	23		
Despesas com Vendas		(174.872)	(121.964)
Despesas Gerais e Administrativas		(464.976)	(448.923)
Outras Despesas Operacionais		(366.267)	(432.701)
		<u>(1.006.115)</u>	<u>(1.003.588)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		607.649	992.164
Receitas Financeiras	24	1.148.437	358.414
Despesas Financeiras	24	(1.129.969)	(751.218)
Resultado Antes dos Impostos		626.117	599.360
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9	(16.362)	(114.264)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	(239.546)	(55.187)
RESULTADO DO PERÍODO		370.209	429.909
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,1591	0,1901

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
RESULTADO DO PERÍODO	370.209	429.909
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	(169.319)	(35.843)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>200.890</u>	<u>394.066</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e Juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.261.998	427.805	(196.945)	-	2.492.858
Resultado do Exercício	-	-	-	429.909	429.909
Ganhos e perdas atuariais	-	-	(35.843)	-	(35.843)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(35.843)	429.909	394.066
Juros sobre o capital próprio (R\$0,0582 por ação)	-	-	-	(131.610)	(131.610)
Dividendos Estatutários (R\$0,0820 por ação)	-	-	-	(103.087)	(103.087)
Dividendos extraordinários (R\$0,0752 por ação)	-	(170.000)	-	-	(170.000)
Constituição de Reserva Legal	-	21.495	-	(21.495)	-
Retenção de Lucros	-	172.781	-	(172.781)	-
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	-	936	-	(936)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	2.261.998	453.017	(232.788)	-	2.482.227
Resultado do Exercício	-	-	-	370.209	370.209
Ganhos e perdas atuariais	-	-	(169.319)	-	(169.319)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(169.319)	370.209	200.890
Juros sobre o capital próprio (R\$0,0150 por ação)	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Dividendos Estatutários (R\$0,0668 por ação)	-	-	-	(155.355)	(155.355)
Aumento de capital	100.000	-	-	-	100.000
Constituição de Reserva Legal	-	18.510	-	(18.510)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	264.430	-	(161.344)	103.086
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.361.998	735.957	(402.107)	-	2.695.848

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	370.209	429.909
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	214.401	224.413
Amortização	443.766	427.643
Provisões para Perdas Operacionais	209.072	300.473
Perdas nas baixas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	84.351	48.765
Juros e Variações Monetárias	37.318	527.602
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	(1.703.627)	(1.106.675)
Imposto de Renda e Contribuição Social	255.908	169.451
	(88.602)	1.021.581
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(1.155.615)	(299.104)
Concessionários – Transporte de Energia	(5.436)	4.323
Reembolso Subsídios Tarifários	273.201	(208.870)
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	38.587
Ativo Financeiro - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	1.528.795	-
Tributos Compensáveis	132.068	198.768
Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.286)	(28.716)
Depósitos Vinculados a Litígios	(45.605)	(11.595)
Subvenção Baixa Renda	3.863	(8.311)
Outros	(139.481)	(19.036)
	549.504	(333.954)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	188.408	265.660
Tributos e Contribuição Social	158.838	64.273
IR e CSLL a pagar	39.256	106.617
Salários e Encargos Sociais	14.626	3.358
Encargos Regulatórios	341.882	12.447
Obrigações Pós-Emprego	(149.204)	(139.918)
Outros	111.137	(55.674)
	704.943	256.763
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.165.845	944.390
Juros Pagos	(510.036)	(365.592)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(55.618)	(220.881)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	600.191	357.917
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(186.214)	(14.895)
Em Fundos Vinculados	706	977
Em Intangível	(893.789)	(791.609)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.079.297)	(805.527)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos Obtidos	2.469.014	1.223.490
Pagamentos de Empréstimos	(1.967.754)	(713.181)
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	(117.119)	(434.869)
Aumento de Capital	100.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	484.141	75.440
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.035	(372.170)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	313.799	685.969
No fim do exercício	318.834	313.799
	5.035	(372.170)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	2015		2014	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	20.963.228		14.482.568	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.043.806		861.437	
Outras Receitas	3.477		16.918	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(174.872)		(121.964)	
	<u>21.835.639</u>		<u>15.238.959</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.696.460)		(6.321.351)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(896.213)		(631.702)	
Serviços de Terceiros	(1.077.613)		(1.084.679)	
Materiais	(489.294)		(454.407)	
Outros Custos Operacionais	(281.122)		(333.487)	
	<u>(10.440.702)</u>		<u>(8.825.626)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>11.394.937</u>		<u>6.413.333</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(443.766)		(427.643)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>10.951.171</u>		<u>5.985.690</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	1.148.437		358.414	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>12.099.608</u>		<u>6.344.104</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	1.135.875	9,39	1.150.786	18,14
Remuneração Direta	836.513	6,92	775.263	12,22
Benefícios	249.184	2,06	330.453	5,21
FGTS	50.178	0,41	44.903	0,71
Programas de Desligamento de Empregados	-	-	167	-
Impostos, Taxas e Contribuições	9.235.358	76,32	3.882.486	61,20
Federais	5.572.298	46,05	1.312.597	20,69
Estaduais	3.660.399	30,25	2.566.625	40,46
Municipais	2.661	0,02	3.264	0,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.358.166	11,23	880.923	13,89
Juros	1.279.985	10,58	801.076	12,63
Aluguéis	78.181	0,65	79.847	1,26
Remuneração de Capital Próprio	370.209	3,06	429.909	6,77
Juros sobre capital próprio	35.000	0,29	131.610	2,07
Dividendos	155.355	1,28	103.087	1,62
Lucros Retidos	179.854	1,49	195.212	3,08
	<u>12.099.608</u>	<u>100,00</u>	<u>6.344.104</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.078.467 consumidores em 31 de dezembro de 2015 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2015, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$1.597.492. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos empréstimos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. No caso específico, já estão sendo feitas negociações com instituições financeiras para a rolagem da dívida com vencimento em 2016 para o longo prazo. Cabe destacar que a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo nas suas operações de R\$600.191 em 2015 e R\$357.917 em 2014.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

Em 28 de março de 2016, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 9 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Nota 13 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 14 – Intangíveis;
- Nota 19 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 20 – Provisões;
- Nota 22 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;
- Nota 23 – Amortização;
- Nota 27 – Mensuração de Instrumentos Financeiros e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2015 com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 19/CPC 33 (R1) – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da CEMIG D.

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 – incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição para titulares” (ou vice-versa).

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos;

As alterações à IAS 19 esclarecem que a taxa utilizada para desconto de obrigações de benefício pós-aposentadoria deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no final do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que, seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação, mensurados ao valor justo por meio do resultado; Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento, mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros; Ativos Financeiros da Concessão abarcados pela Medida Provisória 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo e estão descritos na Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de distribuição que foram abarcados pela Medida Provisória nº 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante não sendo depreciados ou amortizados e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Intangível.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

f) Ativos Vinculados à Concessão

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Companhia mensurou a parcela dos ativos que será integralmente amortizada até o final da concessão considerando a prorrogação por mais 30 anos do seu Contrato de Concessão, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 3.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

g) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados anteriormente no item “ativos vinculados à concessão”.

h) Redução ao Valor Recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. O ativo Intangível tem o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

i) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou redução (encurtamento) do plano. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro uma das seguintes opções: (a) quando ocorrer a alteração do plano; e (b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes ou os benefícios rescisórios.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde efetivamente aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquela benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem. Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita de uso da rede de distribuição não faturada, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de Parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 13.

m) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

n) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

o) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de Distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de produtividade, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita uma revisão tarifária extraordinária, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Renovação das Concessões

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Em 02 de junho de 2015 foi editado o Decreto nº 8.461 que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição alcançadas pela Lei nº 12.783/2013. Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário serão aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;

- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade econômica e financeira mínima;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contratório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Contas Bancárias	41.337	72.069
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	239.127	236.532
Overnight	38.370	5.198
	277.497	241.730
	318.834	313.799

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada (que varia entre 14,13% e 14,14%) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2015	2014
Certificados de depósitos bancários	73.393	27.885
Letras Financeiras – Bancos	140.294	55.240
Letras Financeiras do Tesouro	27.491	8.268
Debêntures	47.151	9.707
Outros	430	1.445
	288.759	102.545
Ativo Circulante	253.191	100.819
Ativo Não Circulante	35.568	1.726

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 105% a 116,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 105,4% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 26. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 25.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2015	2014
Residencial	782.930	371.896	225.717	1.380.543	935.811
Industrial	176.721	59.375	123.106	359.202	404.325
Comércio, Serviços e Outras	461.059	110.971	128.750	700.780	479.816
Rural	148.387	54.011	40.015	242.413	144.139
Poder Público	93.984	30.951	27.656	152.591	100.019
Iluminação Pública	42.568	4.748	9.058	56.374	40.239
Serviço Público	79.091	13.127	26.174	118.392	69.891
Subtotal – Consumidores	1.784.740	645.079	580.476	3.010.295	2.174.240
Suprimento a Outras Concessionárias	1	-	17	18	17
Concessionários – Transporte de Energia	179.256	18.882	144.753	342.891	225.941
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	861
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(568.085)	(568.085)	(601.258)
	1.963.997	663.961	158.022	2.785.980	1.799.801
Ativo Circulante				2.652.290	1.590.896
Ativo Não Circulante				133.690	208.905

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2015	2014
Residencial	212.849	175.882
Industrial	92.992	85.720
Comércio, Serviços e Outras	108.527	93.505
Rural	17.206	16.261
Poder Público	11.318	9.924
Iluminação Pública	4.131	4.216
Serviço Público	9.549	9.702
Concessionários – Transporte de Energia	111.513	206.048
	568.085	601.258

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	538.939
Constituições	121.964
Baixas	(59.645)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	601.258
Constituições	174.872
Baixas	(208.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	568.085

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	2015	2014
Circulante		
ICMS a Recuperar	53.493	88.447
COFINS	38.442	24.620
PIS-PASEP	8.346	5.346
Outros	2.753	2.430
	103.034	120.843
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	122.289	209.303
COFINS	54.267	76.646
PIS-PASEP	11.707	16.573
	188.263	302.522
	291.297	423.365

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar não Circulante e os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2016.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ e a pagamentos indevidos e/ou a maior dos anos anteriores e das antecipações em 2015 superiores aos valores devidos deste ano-calendário que serão compensados com Tributos Federais a pagar apurados em anos posteriores.

	2015	2014
Circulante		
Imposto de Renda	153.221	115.153
Contribuição Social	74.224	70.006
	227.445	185.159

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	2015	2014
Ativos Fiscais Diferidos		
Obrigações Pós-Emprego	558.256	451.842
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	201.009	212.288
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões Operacionais	98.997	103.062
Taxa de Administração	7.126	7.501
Outros	25.648	25.849
	1.044.191	953.697
Passivos Fiscais Diferidos		
Índice Reajuste Tarifário – IRT	-	(9.552)
Atualização do Ativo Financeiro - Base de Remuneração de Ativos	(220.815)	(21.440)
Encargos Financeiros Capitalizados	(107.676)	(59.892)
Custo de Captação	(7.058)	(1.849)
	(335.549)	(92.733)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	708.642	860.964

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	897.686
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(55.187)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	18.465
Saldo em 31 de dezembro de 2014	860.964
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(239.546)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	87.224
Saldo em 31 de dezembro de 2015	708.642

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2016, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 28 de março de 2016.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2015, conforme abaixo:

	2015
2016	142.469
2017	116.822
2018	116.822
2019	116.822
2020	269.506
2021 a 2023	169.050
2024 a 2025	112.700
	1.044.191

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2015	2014
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	626.117	599.360
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(212.880)	(203.782)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre capital próprio	11.900	44.747
Incentivos Fiscais	583	7.724
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.956)	(3.569)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(574)	(877)
Multas Indedutíveis	(9.411)	(5.507)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(11.218)	(11.929)
Baixa de parcela da provisão para créditos liquidação duvidosa	(32.176)	-
Outros	(176)	3.742
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(255.908)	(169.451)
Alíquota Efetiva	40,87%	28,27%
Corrente	(16.362)	(114.264)
Diferido	(239.546)	(55.187)

Lei 12.973/14

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado em 2014 foi de R\$936. Não ocorreu incentivo em 2015 em função dos resultados tributáveis apurados.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2015	2014
Trabalhista	268.750	214.445
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	108.862	5.637
	727.184	623.959
Outros		
Regulatório	18.070	15.267
Cível	4.049	2.284
Relações de Consumo	2.289	2.130
Bloqueio Judicial	6.114	5.667
Outros	4.240	1.804
	34.762	27.152
	1.030.696	865.556

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 2015, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$801.235 (R\$579.463 em 2014). Dos valores provisionados, a Companhia tem a receber R\$71.695 (R\$344.896 em 2014), reconhecidos no ativo circulante.

12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, do aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – (CDE).

Ainda o mesmo decreto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL) homologará, mensalmente, os valores a serem pagos pela Conta-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente.

Define também que deverá ser mantido na Conta-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Estes repasses, referentes às competências de novembro e dezembro de 2014, foram recebidos em março de 2015 e reconhecidos como uma realização parcial do Ativo Financeiro – CVA, no montante de R\$404.418.

Repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”)

Em 05 de fevereiro de 2015 foi criada a Conta Bandeira, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

Em 2015, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$1.124.377 e foram reconhecidos como uma realização parcial do Ativo Financeiro – CVA.

13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	2015	2014
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)	135.983	5.943.682
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	1.349.656	1.106.675
	1.485.639	7.050.357
Ativo Circulante	860.466	843.793
Ativo Não Circulante	625.173	6.206.564

a) Ativos relacionados à Infraestrutura

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Em 21 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, prorrogando as Concessões por mais 30 anos, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2045. Desta forma, para definição do Ativo Financeiro, foi utilizado como referência o novo Termo Aditivo assinado, com a transferência para o Ativo Intangível da parcela do Ativo Financeiro que será utilizada durante a vigência do novo prazo de concessão.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.063.802
Transferências do Ativo Intangível	844.185
Baixas	(22.489)
Atualização Financeira Líquida	58.184
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.943.682
Transf. Financeiro - Intangível pela Prorrogação das Concessões	(7.161.504)
Transferências do Ativo Intangível	808.119
Baixas	(59.863)
Atualização Financeira Líquida	605.549
Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.983

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

Saldos em 31/12/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Itens da "Parcela A"					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	248.672	-	88.130	-	336.802
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	41.901	(328)	3.123	-	44.696
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.913	(2)	2.663	-	10.574
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.871	(1.168)	1.784	-	5.487
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	323	(254.826)	-	(53.142)	(307.645)
Energia comprada para Revenda	2.020.792	(738.578)	572.207	(204.410)	1.650.011
Outros Componentes Financeiros					
Sobrecontratação de Energia	-	(407.958)	-	(122.194)	(530.152)
Neutralidade da Parcela A	88.056	(1.834)	30.684	-	116.906
Outros Itens Financeiros (1)	10.917	(699)	170.345	-	180.563
Bandeiras Tarifárias (2)	-	(157.586)	-	-	(157.586)
TOTAL	2.423.445	(1.562.979)	868.936	(379.746)	1.349.656

(1) Em 2015 a Aneel definiu as novas tarifas da CDE em cumprimento à decisão liminar do processo judicial que suspendeu parte do pagamento do encargo da CDE pelos membros da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Essa suspensão refletiu na redução da receita da Cemig D, sendo que a parcela desonerada dos associados será rateada entre os demais consumidores no próximo ciclo tarifário.

(2) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

Saldos em 31/12/2014	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Itens da "Parcela A"					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.439	(438)	3.481	-	12.482
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	73.537	(608)	21.146	-	94.075
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	1.712	-	570	-	2.282
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	2.361	(1.047)	-	(386)	928
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	3.333	(232.706)	-	(77.455)	(306.828)
Energia comprada para Revenda	1.627.932	(819.512)	435.722	(174.950)	1.069.192
Outros Componentes Financeiros					
Sobrecontratação de Energia	156.192	-	55.279	-	211.471
Neutralidade da Parcela A	5	(9.684)	2	(1.299)	(10.976)
Outros Itens Financeiros	34.593	(1.316)	772	-	34.049
TOTAL	1.909.104	(1.065.311)	516.972	(254.090)	1.106.675

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	31/12/2015	31/12/2014
Ativo	530.100	2.762.281	3.292.381	2.426.076
Passivo	(375.772)	(1.566.953)	(1.942.725)	(1.319.401)
	154.328	1.195.328	1.349.656	1.106.675

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros em 2015:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	-
(+) Constituição	1.106.675
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição	2.284.168
(-) Amortização	(580.541)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(1.528.795)
(+) Atualização Selic	68.149
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12.

14. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição do saldo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015			2014		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	13.477.712	(6.240.383)	7.237.329	6.619.400	(6.117.612)	501.788
Intangível em Curso	1.175.839	-	1.175.839	982.443	-	982.443
Total Intangível	14.653.551	(6.240.383)	8.413.168	7.601.843	(6.117.612)	1.484.231

b) Mutação do Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.920.898
Adições	861.437
Transferências para o Ativo Financeiro	(844.185)
Baixas	(25.849)
Amortização	(428.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.484.231
Adições	1.043.806
Transferência Financeiro - Intangível pela Prorrogação das Concessões (*)	7.161.504
Transferências para o Ativo Financeiro	(808.119)
Baixas	(24.488)
Amortização	(443.766)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.413.168

(*) Vide comentários na Nota Explicativa nº 13.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$1.043.806 está contemplado R\$150.017 (R\$69.828 em 2014) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na Nota Explicativa 17.

Ativos da Concessão de Distribuição

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será amortizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

A taxa de amortização média anual da Companhia, na atividade Distribuição, é de 3,87% em 2015 e 2014. As principais taxas anuais de amortização, de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave Sistema	6,67	Software	20,00
Condutor do Sistema	3,57	Veículos	14,29
Estrutura do Sistema	3,57	Equipamento Geral	6,25
Transformador	3,57	Edificação	3,33
Disjuntor	3,03		
Banco de Capacitores	6,67		
Regulador de Tensão	4,35		

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

A Companhia possui registrado em seu Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2015, o valor contábil bruto de R\$2.110.463 (R\$2.185.063 em 2014) referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

15. FORNECEDORES

	2015	2014
Energia de curto prazo - CCEE	302.582	277.805
Encargos de uso da rede elétrica	57.708	64.191
Energia elétrica comprada para revenda	417.770	448.294
Itaipu binacional	314.859	148.864
Materiais e serviços	214.974	180.331
	1.307.893	1.119.485

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2015	2014
Circulante		
ICMS	372.450	282.031
COFINS	89.871	36.955
PIS-PASEP	19.122	8.023
INSS	15.228	13.943
ISSQN	6.524	6.825
Outros	17.574	30.443
	520.769	378.220
Não Circulante		
COFINS	519.818	505.696
PIS-PASEP	111.956	109.789
	631.774	615.485
	1.152.543	993.705

As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos. Adicionalmente, a partir de julho de 2015, a Companhia passou a efetuar provisão de PASEP/COFINS sobre a atualização do Ativo Financeiro, em conformidade à legislação tributária em vigor a partir dessa data.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2015						2014
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	1.560	30.549	32.109	24.554
KFW	2016	4,50%	EUR	2.804	-	2.804	4.257
Dívida em Moeda Estrangeira				4.364	30.549	34.913	28.811
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2015	108,50% do CDI	R\$	-	-	-	205.633
Banco do Brasil S.A.	2015	99,50% do CDI	R\$	-	-	-	237.666
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25% do CDI	R\$	803.698	-	803.698	706.062
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	77.577	66.360	143.937	212.232
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	50.234	49.525	99.759	-
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	8.184	490.833	499.017	-
Nota Promissória 7ª Emissão	2015	105,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.311.205
Nota Promissória 8ª Emissão	2016	111,70% do CDI	R\$	1.889.350	-	1.889.350	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	49.857	134.907	184.764	252.188
Grandes Consumidores (2)	2018	Diversas	R\$	6.183	1.683	7.866	7.094
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	92.543	108.333	200.876	-
BNDES	2020	TJLP+2,48%	R\$	2.297	9.026	11.323	13.504
Dívida em Moeda Nacional				2.979.923	860.667	3.840.590	2.945.584
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.984.287	891.216	3.875.503	2.974.395
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69%	R\$	50.633	410.625	461.258	451.904
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	54.648	1.347.743	1.402.391	1.266.168
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	35.439	803.989	839.428	757.938
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96%	R\$	221.468	219.994	441.462	597.845
Total de Debêntures				362.188	2.782.351	3.144.539	3.073.855
Total Geral				3.346.475	3.673.567	7.020.042	6.048.250

- Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$175.816, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$143.706. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%); Vallourec (TR+9%);
- Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.560	-	-	-	-	-	-	30.549	32.109
Euro	2.804	-	-	-	-	-	-	-	2.804
Total por Moedas	4.364	-	-	-	-	-	-	30.549	34.913
Indexadores									
IPCA (1)	311.555	219.994	-	444.299	444.862	458.584	200.549	603.438	2.683.281
UFIR/RGR (2)	49.857	40.366	35.362	23.562	20.746	5.685	5.542	3.644	184.764
CDI (3)	2.972.219	213.004	583.070	163.926	165.676	-	-	-	4.097.895
TR (4)	1.711	-	98	-	-	-	-	-	1.809
IGP-DI (5)	4.472	792	793	-	-	-	-	-	6.057
TJLP (6)	2.297	2.256	2.256	2.256	2.258	-	-	-	11.323
Total por Indexadores	3.342.111	476.412	621.579	634.043	633.542	464.269	206.091	607.082	6.985.129
Total Geral	3.346.475	476.412	621.579	634.043	633.542	464.269	206.091	637.631	7.020.042

- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- Taxa Referencial (TR);
- Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);
- Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada em 2015 %	Variação Acumulada em 2014 %	Indexador	Variação Acumulada em 2015 %	Variação Acumulada em 2014 %
Dólar Norte-Americano	47,01	13,39	IPCA	10,67	6,41
Euro	31,71	0,02	CDI	13,23	10,81

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.247.919
Empréstimos Obtidos	1.223.490
Variação Monetária e Cambial	163.606
Encargos Financeiros Provisionados	492.008
Encargos Financeiros Pagos	(365.592)
Amortização de Empréstimos	(713.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.048.250
Empréstimos Obtidos	2.500.000
Custos de Captação	(30.986)
Empréstimos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	2.469.014
Variação Monetária e Cambial	280.760
Encargos Financeiros Provisionados	699.808
Encargos Financeiros Pagos	(510.036)
Amortização de Empréstimos	(1.967.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.020.042

Foram transferidos R\$1.069.459 para o curto prazo em 2015 em decorrência do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes.

Encargos Financeiros Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2015	2014
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	699.808	492.008
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível (1)	(150.017)	(69.828)
Efeito Líquido no Resultado	549.791	422.180

Taxa média de capitalização: 15,25% no período de janeiro a dezembro de 2015 (11,62% no mesmo período de 2014).

Captações de Recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor (*)
Moeda Nacional				
Caixa Econômica Federal (1)	22/01/2015	2018	119% do CDI	200.000
Nota Promissória 8ª emissão (2)	01/04/2015	2016	111,70% do CDI	1.684.700
Banco do Brasil (3)	10/05/2015	2020	114% do CDI	486.618
Banco do Brasil (4)	10/05/2015	2017	111% do CDI	97.696
Total de Captações				2.469.014

*Líquido do custo de captação.

- (1) Cédula de Crédito Bancário - Crédito Especial Setor Público para amortização de dívida;
- (2) 8ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, com aval da sua controladora, por meio da qual foram emitidas 340 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$5.000 na data de emissão, totalizando R\$1.700.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas e compra de energia elétrica pela Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 26 de março de 2016. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização;
- (3) Cédula de Crédito Bancário, com garantia de penhor de duplicatas de prestação de serviços, para reforço do capital de giro, vencendo em 10 de março de 2020;
- (4) Cédula de Crédito Bancário, com garantia de penhor de duplicatas de prestação de serviços, para reforço do capital de giro, vencendo em 26 de abril de 2017.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2015, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Notas Promissórias e Aval	5.261.801
Recebíveis	1.308.913
Sem Garantia	449.328
TOTAL	7.020.042

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de dezembro de 2015, possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 2015	Saldo em 2014
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	461.258	451.904
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	1.402.391	1.266.168
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	839.428	757.938
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	441.462	597.845
TOTAL			3.144.539	3.073.855

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenant”) atrelada a índices financeiros apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro da Garantidora Cemig Holding, auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM), conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio/Ativo Total	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA	Menor ou igual a 4 vezes

Caso a Garantidora CEMIG não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia terá até 30 dias, contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, para constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2015 todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2015	2014
Eficiência Energética	207.162	159.665
Pesquisa e Desenvolvimento	41.895	7.343
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	276.346	17.405
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.997	31.010
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.287	1.037
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	655	-
	589.807	247.925
Passivo Circulante	459.855	57.257
Passivo Não Circulante	129.952	190.668

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2015.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de Pensão no montante de R\$587.984 em 31 de dezembro de 2015 (R\$579.228 em 31 de dezembro de 2014). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

No caso de obrigações com o fundo de pensão, tendo em vista que em 2014 o cálculo atuarial apresentava um passivo líquido menor que o saldo da dívida, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial naquele ano foi a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

2015	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	5.051.394	971.830	21.959	398.662	6.443.845
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.215.134)	-	-	-	(4.215.134)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2013	4.720.113	737.236	20.848	424.877	5.903.074
Custo do Serviço Corrente	3.893	4.643	133	2.248	10.917
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	558.123	91.104	2.576	51.988	703.791
Perdas Atuariais	296.137	40.701	1.496	12.111	350.445
Benefícios Pagos	(425.902)	(52.359)	(1.487)	(8.372)	(488.120)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2014	5.152.364	821.325	23.566	482.852	6.480.107
Custo do Serviço Corrente	3.429	5.449	167	2.514	11.559
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	592.028	98.722	2.833	57.411	750.994
Perdas (Ganhos) Atuariais	(235.892)	101.055	(2.983)	(89.805)	(227.625)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Benefícios Pagos	(460.535)	(54.721)	(1.624)	(8.418)	(525.298)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2015	5.051.394	971.830	21.959	398.662	6.443.845

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	4.961.664
Retorno real dos investimentos	487.115
Contribuições do Empregador	77.700
Benefícios pagos	(425.902)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	5.100.577
Retorno real dos investimentos	(509.349)
Contribuições do Empregador	84.441
Benefícios pagos	(460.535)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2015	4.215.134

A Companhia realizou modificações no seguro de vida, a partir de 1º de janeiro de 2016, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada implicou em uma redução de R\$45.892 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2015, em contrapartida ao resultado do exercício de 2015.

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2015 e 2014 são como segue:

2015	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.429	5.449	167	2.514	11.559
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	592.028	98.722	2.833	57.411	750.994
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(590.593)	-	-	-	(590.593)
Custo do serviço passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Despesa Conforme Cálculo Atuarial	4.864	104.171	3.000	14.033	126.068
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	88.333	-	-	-	88.333
Despesa Total em 2015	93.197	104.171	3.000	14.033	214.401

2014	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.893	4.643	133	2.248	10.917
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	558.123	91.104	2.576	51.988	703.791
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(592.563)	-	-	-	(592.563)
Despesa (Receita) Conforme Cálculo Atuarial	(30.547)	95.747	2.709	54.236	122.145
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	30.547	-	-	-	30.547
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	71.721	-	-	-	71.721
Despesa Total em 2014	71.721	95.747	2.709	54.236	224.413

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	585.207	737.236	20.848	424.877	1.768.168
Despesa Reconhecida no Resultado	71.721	95.747	2.709	54.236	224.413
Contribuições Pagas	(77.700)	(52.359)	(1.487)	(8.372)	(139.918)
Perdas atuariais (*)	-	40.701	1.496	12.111	54.308
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971
Despesa Reconhecida no Resultado	93.197	104.171	3.000	59.925	260.293
Contribuições Pagas	(84.441)	(54.721)	(1.624)	(8.418)	(149.204)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Perdas (Ganhos) atuariais (*)	248.276	101.055	(2.983)	(89.805)	256.543
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711
				2015	2014
Passivo Circulante				119.803	109.879
Passivo Não Circulante				2.108.908	1.797.092

(*) Reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido

Em 2015 e 2014, as despesas com Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com os planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como despesas operacionais.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2016 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.263	6.203	133	1.924	11.523
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	635.783	127.680	2.885	52.057	818.405
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(524.970)	-	-	-	(524.970)
Despesa Total em 2016 conforme cálculo atuarial	114.076	133.883	3.018	53.981	304.958

A expectativa de pagamento de benefícios e contribuições para o exercício de 2016 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de Pagamento de Benefícios	485.864	57.731	1.713	8.943	554.251

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2016 no montante de R\$89.084 e R\$64.944 para o Plano de Contribuição Definida (registro diretamente no resultado do exercício).

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2015	2014
Ações de empresas brasileiras	6,91%	8,70%
Títulos de Renda Fixa	66,24%	57,86%
Imóveis	9,76%	8,25%
Outros	17,09%	25,19%
Total	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig Distribuição:

	2015	2014
Debêntures não Conversíveis Emitidas pela Patrocinadora	248.776	121.874
Imóveis da Fundação Ocupados pela Patrocinadora	177.790	177.790
	426.566	299.664

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2015	2014
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	13,20%	12,00%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	13,20%	12,00%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,61%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2015:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Alteração na Tábua de Mortalidade em 1 ano	176.799	11.886	266	17.541	206.492
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	464.728	110.856	2.472	67.773	645.829

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

20. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2014	Adições	Reversões	Liquidações	2015
Trabalhistas	236.345	28.927	(22.364)	(26.807)	216.101
Cíveis					
Relações de Consumo	15.965	13.257	(2.027)	(13.111)	14.084
Outras Ações Cíveis	23.694	8.330	(99)	(5.040)	26.885
	39.659	21.587	(2.126)	(18.151)	40.969
Tributárias	9.561	990	(7.098)	(140)	3.313
Ambientais	51	9	-	-	60
Regulatórias	10.874	10.355	(322)	(93)	20.814
Outras	6.632	5.072	(830)	(962)	9.912
Total	303.122	66.940	(32.740)	(46.153)	291.169

	2013	Adições	Reversões	Liquidações	2014
Trabalhistas	99.201	181.619	(2.654)	(41.821)	236.345
Cíveis	-				
Relações de Consumo	22.628	9.462	(6.507)	(9.618)	15.965
Outras Ações Cíveis	16.272	11.502	-	(4.080)	23.694
	38.900	20.964	(6.507)	(13.698)	39.659
Tributárias	5.491	11.809	(6.856)	(883)	9.561
Ambientais	42	9	-	-	51
Regulatórias	29.832	987	(19.546)	(399)	10.874
Outras	8.239	303	(1.619)	(291)	6.632
Total	181.705	215.691	(37.182)	(57.092)	303.122

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$769.656 (R\$534.926 em 2014), dos quais R\$216.101 (R\$236.345 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia era parte em Dissídio Coletivo ajuizado pelas entidades representativas de seus empregados, cuja decisão transitou em julgado em 23 de fevereiro de 2015, condenando-a a conceder aumento real nos salários dos seus empregados por produtividade à base de 3% (três por cento) a serem aplicados desde 01 de novembro de 2012, o valor envolvido nesta ação era de R\$90.462. Em 2015, a ação foi baixada tendo em vista que a Companhia celebrou Acordo Específico com as entidades sindicais para o pagamento dos valores retroativos, referente ao período de 01 de novembro de 2012 a 28 de fevereiro de 2015, de forma parcelada e através da folha de pagamento.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$18.685 (R\$18.410 em 2014), dos quais R\$14.084 (R\$15.965 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$158.141 (R\$154.826 em 2014), dos quais R\$26.885 (R\$23.694 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$17.539 (R\$19.273 em 2014), dos quais R\$3.313 (R\$9.561 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$135.494 (R\$98.309 em 2014), dos quais R\$20.814 (R\$10.874 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$65.870 (R\$56.120 em 2014), dos quais R\$9.972 (R\$6.683 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$188.968 (R\$171.356 em 2014) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$937.279 (R\$840.116 em 2014). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF’s e/ou DCTF’s, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações O valor da contingência é de R\$311.370 (R\$291.323 em 2014) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$164.172 (R\$150.489 em 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$20.782 (R\$18.937 em 2014).

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.279.556 (R\$1.438.400 em 2014), para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação a aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$66.170 em 31 de dezembro de 2015 (R\$59.081 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$222.449 (R\$189.671 em 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$272.443 (R\$227.234 em 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Programa Luz para Todos – Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$202.172 (R\$183.257 em 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$33.097 (R\$25.311 em 2014) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$23.885 (R\$20.817 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$117.852, e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$2.361.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, antes da retenção dos valores para constituição da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2015 no montante de R\$35.000. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$11.900, reconhecidos no resultado do exercício de 2015 (R\$44.747 em 2014).

	2015	2014
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	370.209	429.909
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	185.105	214.955
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	5.250	19.742
	190.355	234.697
Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto		
Dividendos Estatutários	155.355	103.087
Juros sobre capital próprio	35.000	131.610
	190.355	234.697
Dividendos por ação - R\$		
Dividendos Obrigatórios	0,08	0,10
Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto	0,08	0,10

Proposta de Destinação do Lucro de 2015

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2016, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2015, no montante de R\$370.209 mil:

- R\$18.510 mil, relativos a 5% do Lucro Líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal;
- R\$35.000 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios através de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”);
- R\$57.552 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$259.147 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2016.

Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2015	2014
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	224.986	206.476
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	936	936
Reserva de Retenção de Lucros	510.035	245.605
	735.957	453.017

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$18.510 de Reserva Legal em 2015, correspondente a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária decidiu que o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, de 50% do lucro do exercício, não seriam compatíveis com a atual situação financeira da Companhia. Assim, deliberou o pagamento do montante de R\$131.610, através de Juros sobre o Capital Próprio, e a manutenção no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, do valor de R\$103.086.

Reserva de Incentivos Fiscais

As Reservas de Incentivos Fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado em 2014 foi de R\$936. Não ocorreu incentivo em 2015 em função dos resultados tributáveis apurados.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2015	2014
Número médio ponderado de ações	2.327.276	2.261.998
Resultado do Exercício	370.209	429.909
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,1591	0,1901

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Aumento de Capital Social

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social da Cemig Distribuição no valor de R\$100.000. O capital social, que era de R\$2.261.998, passou para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada. A quantidade total de ações passou de 2.261.997.787 para 2.359.113.452.

22. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2015	2014
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	16.515.493	11.443.318
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	1.499.829	893.417
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	1.703.627	1.106.675
Transações com Energia na CCEE	50.231	-
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	1.043.806	861.437
Outras Receitas Operacionais (e)	1.194.048	1.039.158
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(9.620.363)	(4.102.887)
	12.386.671	11.241.118

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2015	2014	2015	2014
Residencial	9.829.992	10.013.757	7.297.557	5.183.149
Industrial	3.757.203	4.076.645	2.071.900	1.487.561
Comércio, Serviços e Outros	6.026.533	6.030.715	3.859.963	2.703.724
Rural	3.379.734	3.390.096	1.406.590	908.436
Poder Público	892.368	891.454	547.707	381.144
Iluminação Pública	1.325.525	1.298.047	532.603	357.892
Serviço Público	1.204.461	1.272.365	540.386	368.136
Subtotal	26.415.816	26.973.079	16.256.706	11.390.042
Consumo Próprio	37.661	37.590	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	258.787	53.276
Total	26.453.477	27.010.669	16.515.493	11.443.318

(*) Valores em MWh informados não auditados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

As receitas decorrentes das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser reconhecidas a partir dos aditamentos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizados em 10 de dezembro de 2014. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições realizadas no período corrente a serem homologadas nos próximos reajustes tarifários.

d) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 14 e 23 das Demonstrações Financeiras.

e) Outras Receitas Operacionais

	2015	2014
Serviço Taxado	13.504	11.136
Outras Prestações de Serviços	10.938	11.535
Subvenções (*)	995.616	790.011
Aluguel e Arrendamento	97.514	84.113
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	71.760	141.391
Outras	4.716	972
	1.194.048	1.039.158

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2015	2014
Impostos sobre a Receita		
ICMS	3.658.807	2.564.586
PIS-PASEP	346.913	223.977
COFINS	1.597.902	1.031.654
ISSQN	434	427
	5.604.056	3.820.644
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	45.151	46.921
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	2.844.510	194.303
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	18.060	18.769
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	18.060	18.576
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	9.030	9.288
Encargos Adicionais Lei 12.111/09 (recuperação de despesas)	-	(5.614)
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	1.066.860	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	14.636	-
	4.016.307	282.243
	9.620.363	4.102.887

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Pessoal (a)	999.655	885.890
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	94.815	183.803
Obrigações Pós-Emprego (nota 19)	121.204	152.692
Materiais	50.651	79.997
Serviços de Terceiros (b)	697.484	736.595
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	6.992.822	5.747.681
Amortização	443.766	427.643
Provisões Operacionais (d)	209.072	300.473
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	813.313	573.270
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	1.043.806	861.437
Outras Despesas Líquidas (f)	312.434	299.473
	11.779.022	10.248.954

a) Despesas com Pessoal	2015	2014
Remunerações e Encargos	882.400	768.126
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	58.863	54.826
Benefícios Assistenciais	108.315	109.243
	1.049.578	932.195
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(51.612)	(49.051)
Provisão Prêmio Aposentadoria (Recuperação de despesas)	1.689	2.746
	999.655	885.890

b) Serviços de Terceiros	2015	2014
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	121.876	183.671
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	179.976	174.669
Comunicação	72.799	73.935
Conservação e Limpeza de Prédios	69.838	63.141
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	27.564	26.073
Corte e Religação	25.755	19.276
Podas de Árvores	22.985	22.890
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	17.090	20.010
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	40.359	27.739
Mão de Obra Contratada	3.187	3.722
Hospedagem e Alimentação	12.095	12.140
Vigilância	11.909	10.723
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	4.638	5.110
Manutenção e Conservação de Veículos	7.251	7.407
Reprografia e Publicações Legais	11.647	5.755
Inspeção de Unidades Consumidoras	3.602	4.365
Frete e Passagens	3.895	4.423
Consultoria	7.709	13.364
Meio Ambiente	2.197	2.206
Outros	51.112	55.976
	697.484	736.595

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	2015	2014
Energia de Itaipu Binacional	1.734.227	830.140
Contratos por Cotas de Garantia Física	252.485	220.585
Cotas das Usinas de Angra I e II	199.731	179.395
Energia de Curto Prazo	849.444	1.127.361
Contratos Bilaterais	309.579	308.089
Energia adquirida em Leilão	4.098.355	3.393.999
PROINFA	252.639	261.782
Créditos de PASEP/COFINS	(703.638)	(573.670)
	6.992.822	5.747.681

d) Provisões (Reversões) Operacionais	2015	2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	174.872	121.964
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	6.563	178.965
Cíveis	19.461	14.457
Tributárias	(6.108)	4.953
Ambientais	9	9
Regulatórias	10.033	(18.559)
Outras	4.242	(1.316)
	34.200	178.509
	209.072	300.473

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	2015	2014
Pessoal	64.597	59.557
Materiais	438.643	374.411
Serviços de Terceiros	380.123	348.693
Encargos Financeiros	150.017	49.858
Arrendamentos e Aluguéis	1004	70
Impostos e Taxas	1248	206
Outros	8.174	28.642
	1.043.806	861.437

f) Outras Despesas Líquidas	2015	2014
Arrendamentos e Aluguéis	75.010	77.403
Propaganda e Publicidade	8.684	16.363
Consumo Próprio de Energia Elétrica	21.397	16.654
Subvenções e Doações	10.175	15.101
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	3.845	100.996
Anuidade CCEE	4.078	3.275
Seguros	1.985	1.908
Forluz – Custeio Administrativo	16.262	16.056
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	58.014	39.095
Outras (Recuperação de Despesas)	112.984	12.622
	312.434	299.473

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2015	2014
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	60.092	93.427
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	220.507	155.604
Variações Cambiais	76.199	15.109
Variações Monetárias	8.434	17.961
Variação Monetária Depósitos Vinculados a Litígios	119.535	-
Multas Contratuais	13.937	9.711
Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos	605.549	58.184
Variação Monetária - CVA	68.149	-
PASEP e COFINS sobre Receitas Financeiras	(36.339)	-
Outras	12.374	8.418
	1.148.437	358.414
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(549.791)	(422.180)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(93.197)	(71.721)
Variações Cambiais	(168.348)	(25.545)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(272.590)	(169.064)
Variação Monetária de P&D e PEE	(19.356)	(14.977)
Outras Variações Monetárias	(3.883)	(5.603)
Outras	(22.804)	(42.128)
	(1.129.969)	(751.218)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	18.468	(392.804)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	12.462	12.833	-	-	(23.346)	(19.930)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	185.105	214.955	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	1.563	2.319	-	-	(2.898)	(1.285)
Operações com Energia Elétrica (2)	3.710	2.773	11.464	11.988	37.258	35.447	(206.422)	(122.234)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	293	479	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	10.519	-	-	-	(105.700)	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	15.639	2.220	-	-	(137.697)	(13.953)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.478	489	-	-	(6.365)	(5.993)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	6.616	2.556	-	-	(60.404)	(19.577)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	811	315	-	-	4.829	3.485	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	1.734	6.205	-	-	4.717	3.728	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	955	2.656	-	-	(11.449)	(9.884)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	18.674	2.577	-	-	149.813	105.273	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	302.865	107.129	-	-	17.943	51.264	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	4.968	1.622	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	55.040	47.001	-	-	(93.197)	(71.721)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(58.863)	(54.826)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(16.262)	(16.056)
Arrendamento Operacional (9)	-	-	1.194	1.108	-	-	(14.160)	(12.708)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	781.220	532.227	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	56.345	52.359	-	-	(107.171)	(98.456)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	937.444	792.532	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e linhas de distribuição, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 19);
- (7) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 23) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Aluguel do edifício sede;
- (10) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 19).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 7, 15 e 22 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2015, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig Distribuição no fundo de investimento de 22,22% em 2015 e 7,08% em 2014, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2015
				Cemig Distribuição 22,22%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	2.520
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	11.076
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	2.402
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	11.884
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	4.832
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	6.041
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.235
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	632
				41.622

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2014
				Cemig D 7,08%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	785
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	3.543
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	756
CEMIG GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	1.501
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	715
Cemig Telecom	Notas Promissórias	110,40% do CDI	14/12/2015	355
				7.655

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2015 e 2014, são demonstrados na tabela abaixo:

	2015	2014
Remuneração	5.881	4.603
Participação nos Resultados	761	1.435
Benefícios Assistenciais	548	439
Total	7.190	6.477

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Ativos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda e Reembolso Subsídios Tarifários. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 4,05%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para a Dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07% e CDI + 1,60% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	277.497	277.497	241.730	241.730
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	2.785.980	2.785.980	1.799.801	1.799.801
Depósitos Vinculados a Litígios	1.030.696	1.030.696	865.556	865.556
Subvenção Baixa Renda	31.334	31.334	35.197	35.197
Reembolso Subsídios Tarifários	71.695	71.695	344.896	344.896
Fundos Vinculados	89	89	795	795
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.349.656	1.349.656	1.106.675	1.106.675
	5.546.947	5.546.947	4.394.650	4.394.650
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	135.983	135.983	5.943.682	5.943.682
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	37.139	37.082	17.154	17.067
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	251.620	251.620	85.391	85.391
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	1.307.893	1.307.893	1.119.485	1.119.485
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.020.042	6.427.743	6.048.250	5.788.387
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	587.984	587.984	579.228	579.228
	8.915.919	8.323.620	7.746.963	7.487.100

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2015		2014	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 17</i>)	8.223	32.109	9.245	24.554
Fornecedores (Itaipu Binacional)	82.983	314.859	57.433	148.864
	91.206	346.968	66.678	173.418
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 17</i>)	660	2.804	1.319	4.257
Passivo Líquido Exposto		349.772		177.675

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2016 será uma valorização de 6,27% para o dólar (R\$4,150) e uma valorização de 6,94% para o Euro (R\$4,545). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2015	Cenário Provável	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 17)</i>	32.109	34.124	42.659	51.186
Fornecedores (Itaipu Binacional)	314.859	334.613	418.307	501.920
	346.968	368.737	460.966	553.106
Euro				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 17)</i>	2.804	2.999	3.749	4.498
Passivo Líquido Exposto	349.772	371.736	464.715	557.604
Efeito Líquido da Variação Cambial		21.964	114.943	207.832

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2015. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	2015	2014
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras <i>(nota 5)</i>	277.497	241.730
Títulos e Valores Mobiliários <i>(nota 6)</i>	288.759	102.545
Fundos Vinculados	89	795
CVA e Outros Componentes Financeiros <i>(nota 13)</i>	1.349.656	1.066.314
	1.916.001	1.411.384
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI <i>(nota 17)</i>	(4.097.895)	(3.124.703)
Passivo Líquido Exposto	(2.181.894)	(1.713.319)

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2016, a taxa SELIC será de 14,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2015	31 de dezembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 14,25%	Cenário SELIC 17,81%	Cenário SELIC 21,38%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	277.497	317.040	326.919	336.826
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	288.759	329.907	340.187	350.496
Fundos Vinculados	89	102	105	108
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	1.349.656	1.541.982	1.590.030	1.638.212
	1.916.001	2.189.031	2.257.241	2.325.642
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 17)	(4.097.895)	(4.681.845)	(4.827.730)	(4.974.025)
Passivo Líquido Exposto	(2.181.894)	(2.492.814)	(2.570.489)	(2.648.383)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(310.920)	(388.595)	(466.489)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes inferiores às obrigações em 31 de dezembro de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2015	2014
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 13) (*)	120.853	4.416.121
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(2.683.281)	(2.621.950)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	(2.562.428)	1.794.171

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2016, o IPCA será de 6,99%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2015	31 de dezembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 6,99%	Cenário IPCA 8,74%	Cenário IPCA 10,49%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 13)	120.853	129.301	131.416	133.530
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(2.683.281)	(2.870.842)	(2.917.800)	(2.964.757)
Passivo Líquido Exposto	(2.562.428)	(2.741.541)	(2.786.384)	(2.831.227)
Efeito Líquido da Variação do IPCA		(179.113)	(223.956)	(268.799)

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Na data base destas demonstrações financeiras, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.907	3.063.931	534.646	3.534.744	2.463.952	9.600.180
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	7.398	22.560	61.591	419.614	428.856	940.019
	10.305	3.086.491	596.237	3.954.358	2.892.808	10.540.199
Pré-fixadas						
Fornecedores	836.491	471.402	-	-	-	1.307.893
	846.796	3.557.893	596.237	3.954.358	2.892.808	11.848.092

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig Distribuição divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”), que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, bem como uma relação Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4 vezes, os quais, se não observados, obrigam a Cemig D a providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

Em 31 de dezembro de 2015 todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2015	2014
Total do Passivo	13.495.386	11.382.613
Caixa e Equivalentes de Caixa	(318.834)	(313.799)
Fundos Vinculados	(89)	(795)
Passivo Líquido	13.176.463	11.068.019
Total do Patrimônio Líquido	2.695.848	2.482.227
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	4,89	4,46

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/12/2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	41.785	-	41.785	-
Letras Financeiras – Bancos	135.193	-	135.193	-
Letras Financeiras do Tesouro	27.491	27.491	-	-
Debêntures	47.151	-	47.151	-
	251.620	27.491	224.129	-
Fundos Vinculados	89	-	89	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	135.983	-	-	135.983
	387.692	27.491	224.218	135.983

	Saldo em 31/12/2014	Valor justo em 31 de dezembro de 2014		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	21.888	-	21.888	-
Letras Financeiras – Bancos	44.309		44.309	
Letras Financeiras do Tesouro	8.268	8.268	-	-
Debêntures	9.707		9.707	
Outros	1.219	-	1.219	-
	85.391	8.268	77.123	-
Fundos Vinculados	795	-	795	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	5.943.682	-	-	5.943.682
	6.029.868	8.268	77.918	5.943.682

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

28. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2015 a 28/04/2016	US\$ 6.073 US\$ 14.000	US\$ 65
Almoxarifados		02/10/2015 a 01/10/2016	R\$ 90.622	R\$ 142
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2015 a 07/01/2017	R\$ 915.865	R\$ 217
Equipamentos de telecomunicações		08/01/2016 a 07/01/2017	R\$ 17.208	R\$ 7
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.500 mil (2)	Total	07/12/2015 a 06/12/2016	R\$ 563.637	R\$ 703

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$214.035 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios. A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	3.346.475	476.412	621.579	634.043	633.542	1.307.991	7.020.042
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.407.789	1.475.236	1.424.530	1.389.222	1.450.250	37.218.904	44.365.931
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	80.864	88.848	94.573	102.383	110.668	7.172.885	7.650.221
Compra de Energia - Leilão	2.453.317	3.004.966	3.224.569	3.685.593	4.561.310	91.075.005	108.004.760
Compra de Energia Elétrica – Contratos bilaterais	279.632	295.075	313.687	331.250	344.542	1.711.964	3.276.150
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra 2	222.573	237.577	262.255	271.837	290.281	11.762.085	13.046.608
Cotas de Garantias Físicas	636.677	676.710	698.233	716.718	698.322	30.707.281	34.133.941
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	55.040	58.343	61.843	65.554	69.487	277.717	587.984
Arrendamentos Operacionais	51.606	16.571	17.436	2.929	-	-	88.542
	8.533.973	6.329.738	6.718.705	7.199.529	8.158.402	181.233.832	218.174.179

30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E EXTRAORDINÁRIO

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL divulgou as tarifas da Cemig D a serem faturadas a partir de 02 de março de 2015, relativas ao Reajuste Tarifário Extraordinário. O impacto médio percebido pelos clientes da Cemig D foi de 28,76%.

Em 07 de abril de 2015, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2015 da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário médio de 7,07%. Com a renovação do contrato de concessão da Cemig D a partir de janeiro de 2016, a data do próximo Reajuste Tarifário Anual foi modificada para 28 de maio de 2016.

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	2015	2014
Encargos Financeiros Capitalizados	150.017	69.828
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	808.119	844.185
Receita e despesa de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.043.806	861.437
Dividendos Obrigatórios não Distribuídos (nota 21)	103.086	-
Transferência de Ativo Financeiro para Intangível pela Renovação das Concessões	7.161.504	-
Provisão para perdas atuariais	256.543	54.308
IR e CSLL sobre perdas atuariais	87.224	18.465

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento a Debenturistas

Em 12 de fevereiro de 2016 foi aprovado o pagamento de juros da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 3ª Emissão de Debêntures da Cemig D, no valor total de R\$162.034. O pagamento foi realizado em 15 de fevereiro de 2016.

Emissão de Cédula de Crédito Bancário

A Cemig D emitiu, em 22 de março de 2016, em favor da Caixa Econômica Federal, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$750 milhões de reais, cuja finalidade consiste no pagamento de dívidas da companhia vincendas no primeiro semestre do ano de 2016. A taxa de juros é de 132,14% do CDI a.a. e o prazo total da operação é de 48 meses, sendo 18 meses de carência para o principal, com o pagamento de juros trimestral nesse período e a amortização será efetuada em 30 meses, com o pagamento mensal das parcelas do principal e juros. Os recursos serão desembolsados pela Caixa Econômica Federal em 8 parcelas, no período compreendido entre o mês de março e o mês de maio do ano de 2016.

Emissão de Debêntures

A Cemig D concluiu, em 28 de março de 2016, sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 1.615 milhões, em série única, com data de emissão em 15 de dezembro de 2015, com prazo de vigência de 3 anos. As debêntures serão remuneradas anualmente pela variação do CDI + 4,05% a.a. e o principal será amortizado em duas parcelas iguais vincendas em dezembro de 2017 e dezembro de 2018. Os recursos captados serão utilizados para o pagamento da 8ª emissão de notas promissórias da Companhia.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 16 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou autorizar a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$410.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Cemig D, a ser convocada. O repasse dos recursos ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, nos montantes de R\$360.000 e R\$50.000, respectivamente.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Mauro Borges Lemos
Diretor-Presidente

Mateus de Moura Lima Gomes
Diretor Vice-Presidente

Fabiano Maia Pereira
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Mário Lúcio Serrano
Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídico

Ricardo José Charbel
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor

Eduardo Lima Andrade Ferreira
Diretor de Gás

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e, em especial, a manifestação dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária, a realizar até 29-04-2016.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

aa.) Charles Carvalho Guedes
Márcio Almeida do Amaral
Edson Moura Soares
Ronaldo Dias
Bruno Gonçalves Siqueira

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 656ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 28-03-2016, aprovamos a conclusão, em 28-03-2016, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2015; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

- aa.) Mauro Borges Lemos - Diretor-Presidente
Mateus de Moura Lima Gomes - Diretor Vice-Presidente
Eduardo Lima Andrade Ferreira - Diretor de Gás
Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Comercial
Fabiano Maia Pereira - Diretor de Finanças e Relações com Investidores e, temporária e cumulativamente, Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor sem denominação específica
Luis Fernando Paroli Santos - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico e, temporária e cumulativamente, Diretor de Gestão Empresarial
Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 656ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 28-03-2016, aprovamos a conclusão, em 28-03-2016, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2015; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

- aa.) Mauro Borges Lemos - Diretor-Presidente
Mateus de Moura Lima Gomes - Diretor Vice-Presidente
Eduardo Lima Andrade Ferreira - Diretor de Gás
Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Comercial
Fabiano Maia Pereira - Diretor de Finanças e Relações com Investidores e, temporária e cumulativamente, Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor sem denominação específica
Luis Fernando Paroli Santos - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico e, temporária e cumulativamente, Diretor de Gestão Empresarial
Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização